

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

AGRICULTURA URBANA, PARA ALÉM DO PLANTAR Cultivando
relações no Arranjo Local da Penha, Rio de Janeiro, RJ

Mariana Portilho

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**AGRICULTURA URBANA, PARA ALÉM DO PLANTAR:
CULTIVANDO RELAÇÕES NO ARRANJO LOCAL DA PENHA, RIO
DE JANEIRO, RJ**

MARIANA PORTILHO

Sob orientação da Professora

Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

E coorientação da Professora

Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

SEROPÉDICA – RJ

Janeiro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P852a Portilho, Mariana , 1988-
AGRICULTURA URBANA, PARA ALÉM DO PLANTAR Cultivando
relações no Arranjo Local da Penha, Rio de Janeiro, RJ
/ Mariana Portilho. - Rio de Janeiro, 2019.
103 f.: il.

Orientadora: Camila Gonçalves de Oliveira
Rodrigues.
Coorientadora: Annelise Caetano Fraga Fernandez.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM
PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2019.

1. Agricultura Urbana. 2. Mulheres e Agroecologia
. 3. Arranjos Locais. I. Gonçalves de Oliveira
Rodrigues, Camila , 1975-, orient. II. Caetano Fraga
Fernandez, Annelise , 1967-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

MARIANA PORTILHO MOTA DE BARROS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/01/2019.



Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues. Prof.ª Dr.ª UFRRJ
(Orientadora)



Flaviane Canavesi. Prof.ª Dr.ª UNB
(Membro Externo)



Kátia Cilene Tabai. Prof.ª Dr.ª – UFRRJ
(Membro Interno)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, na qual tive a oportunidade de amadurecer e desenvolver esta pesquisa. Ao comprometimento de toda a equipe do programa de Agricultura Urbana Thaís, Laís, Breno e em especial ao meu coordenador Marcio Mendonça pelas oportunidades de aprendizado oferecidas.

À Camila Rodrigues e Annelise Fernandez pelos olhares atentos, exigências necessárias e pela insistência em me fazer melhorar. Obrigada por não desistirem de mim.

À rede potente de mulheres parcerias que me cercam e apoiam:

Carol Bergallo, Morgana Maselli, Raissa Theberge, Patrícia da Veiga, Patrícia Pinheiro e Aline Ferrari pelas leituras, sugestões e ideias.

Joana, Mari, Raisal, Sabrina e Janu, companheiras de percurso que deixaram os momentos de tensão muito mais divertidos.

Às amigas Lina, Nai, Pri, Thay, Ka e Line que compreenderam o sumiço.

A minha irmã Tati, por me deixar ser o carma dela.

À Aline Baruqui, por me receber e acolher, e me ensinar a ressignificar o sentido da celebração da vida.

Às agricultoras da cidade do Rio de Janeiro e ao Arranjo Local da Penha pelos saberes trocados, aprendizados compartilhados.

Aos parceiros da Rede Carioca de Agricultura Urbana pelos anos de luta e resitência.

Ao meu companheiro Gui, pela disposição e parceria diária.

Em conformidade com o que determina a Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES.

Em especial à Ana Santos e Marcelão Silva, respeito e dedicatória eterna ao trabalho, militância e mobilização de vocês.

RESUMO

PORTILHO, M. **Agricultura urbana, para além do plantar**: Cultivando Relações no Arranjo Local da Penha, Rio de Janeiro, RJ. 2019. 103 p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

O trabalho investigou os limites e as possibilidades de mobilização e articulação em rede no chamado “Arranjo Local da Penha”, uma experiência de agricultura urbana, articulada a práticas de saúde, segurança alimentar e agroecologia naquele território. Realizou-se uma pesquisa qualitativa no período compreendido entre 2016 a 2018, envolvendo técnicas de observação e aplicação de entrevistas. A pesquisa possibilitou observar iniciativas que contribuíram para melhoria da distribuição de alimentos saudáveis e a promoção da saúde no que diz respeito ao seu aspecto mais amplo, valorizando saberes tradicionais e promovendo a cultura local, a geração de renda e o reordenamento urbano sustentável. Uma vez compreendidas as diferentes estratégias de mobilização nesse território, desenvolveu-se uma proposta de roteiro metodológico com base na experiência descrita, sugerindo a replicação e implantação de arranjos produtivos locais em agricultura urbana. Através disso, procuramos subsidiar o debate sobre a atuação de Arranjos Locais na busca pela reivindicação de direitos e de acesso a uma alimentação saudável.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Arranjo Local, AS-PTA.

ABSTRACT

PORTILHO, M. **Urban agriculture beyond just planting**: Cultivating relations at Arranjo Local da Penha, City of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro State. 2019. 103 p. Dissertation (Master Science in Sustainable Development Practices). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

The work explored the limits and possibilities of mobilization and network on the called “Arranjo Local da Penha”, an urban agriculture experience articulated to health practices, food safety and agroecology on that area. Between 2016 and 2018 a qualitative survey was conducted, encompassing observation techniques and interviews. The research made possible to observe initiatives that contributed for the improvement of the healthy foods distribution and the promotion of health on its broadest meaning, creating value to the traditional knowhow while promoting the local culture, generating income and the sustainable urban reordering. Once this territory’s different mobilization strategies were acknowledged, a methodological script based on the portrayed experience was developed. Through this we are looking to foster the debate regarding the actions of “Arranjos Locais” on the pursuit for the reinvention of the rights and the access to healthy food.

Keywords: urban agriculture, Arranjo Local, AS-PTA.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização da área de atuação do Arranjo Local da Penha. Fonte: Produção Arranjo Local da Penha. | 15 |
| Figura 2 - Composição dos três grupos de estudo. Fonte: elaborado pela autora, 2016. | 17 |
| Figura 3 - Cartaz da Festa Estadual de Sementes em Nova Iguaçu. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana. 2011. | 22 |
| Figura 4 - Arte de divulgação do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana. Artista Bianca Santana. | 25 |
| Figura 5 - Arte de divulgação das Audiências Gerais do Plano Estratégico do Rio. Fonte: Casa Fluminense. | 27 |
| Figura 6 - Audiência Geral em Campo Grande com o tema Urbano-Ambiental. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana, 2017. | 28 |
| Figura 7 - Chamada para o IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Rede CAU, 2017. | 30 |
| Figura 8 - Identificação dos locais de comercialização do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Fonte: Adaptado de < https://www.feirasorganicas.com.br/ >, acesso em 2018. | 33 |
| Figura 9 - Facilitação gráfica ilustrando os Arranjos Locais / AS-PTA. Fonte: AS-PTA, elaborado pela artista Raissa Theberge (2015). | 41 |
| Figura 10 - Localização da Serra da Misericórdia com a delimitação do parque urbano (em amarelo) e da Aparu (traço vermelho) e os bairros do entorno Fonte: Guia (2014, p. 141). | 43 |
| Figura 11 - Cartaz de Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina. Fonte: Coletivo Leopoldina Orgânica. Artista: Silvio dos Amigos e Protetores da Praça. | 45 |
| Figura 12 - Ana Santos representando o CEM e a Serra da Misericórdia no Seminário de Avaliação da Campanha PDG na UERJ. Fonte: Acervo AS-PTA..... | 47 |
| Figura 13 - Material de divulgação da apresentação dos resultados do Workshop Sementes Urbanas. Fonte: ESDI. | 49 |
| Figuras 14, 15 e 16 - Xepa da Feira. Alimentos não comercializados doados para o CEM. Fonte: Fotógrafa Daniela Monteiro. | 51 |
| Figura 17 - Reunião de planejamento do Arranjo Local da Penha. Fonte: Acervo pessoal. | 54 |
| Figura 18 - Localização dos Núcleos de atuação do ALP no bairro da Penha. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha. | 55 |
| Figuras 19, 20, 21 e 22 - Ações do Arranjo Local da Penha. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha. | 57 |
| Figura 23 - Entrevista feita com Ana Santos e Marcelo Silva. Fonte: Acervo pessoal. (2017) | 59 |
| Figura 24 - Pannel de resultado da dinâmica “Construindo nossa identidade” pela doutaranda Camille Moraes. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha. | 62 |
| Figura 25 - Mapa das áreas pragmáticas do Rio de Janeiro. Fonte: Coordenação de Vigilância Ambiental e Saúde. | 63 |
| Figura 26 - 1ª Oficina de plantio de mudas com a roda de mulheres na antiga sede do CEM. Fonte: Arquivo pessoal. | 69 |
| Figura 27 - Panfleto de divulgação da SAC na Penha. Fonte: Acervo Rede Carioca de Agricultura urbana. | 74 |

SIGLAS E ABREVIACÕES

ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

APL - Arranjo Produtivo Local

AL - Arranjos Locais

ALP - Arranjo Local da Penha

ASPA - Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

AU - Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CEM - Centro de Integração da Serra da Misericórdia

CF - Clínica da Família

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Territorial Urbano

ITR - Imposto Territorial Rural

MS - Ministério da Saúde

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDE CAU - Rede Carioca de Agricultura Urbana

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UC - Unidades de conservação

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| Metodologia | 15 |
| CAPÍTULO I - AGRICULTURA URBANA NO RIO DE JANEIRO: ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS | 19 |
| 1.1 Construção Social da Agricultura Urbana no Rio de Janeiro | 19 |
| 1.2 As (não) Políticas de Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro | 31 |
| CAPÍTULO II - ACESSO A ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO ARRANJO LOCAL DA PENHA E O DEBATE SOBRE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO | 39 |
| 2.1 Delimitação do Universo de Pesquisa | 39 |
| 2.2 Contextualização do Processo de Construção do Arranjo Local da Penha | 46 |
| 2.3 Arranjo Local da Penha, Processo em Construção | 53 |
| 2.4 Descrição dos Grupos de Estudo | 58 |
| CAPÍTULO III - ROTEIRO METODOLÓGICO DE ARRANJO LOCAL EM AGRICULTURA URBANA | 77 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 85 |
| Referências Bibliográficas | 89 |
| APÊNDICES | 95 |
| A - Roteiro de entrevista grupo 1 | 96 |
| B - Roteiro de entrevista grupo 3 | 97 |
| C - Modelo de convite formal | 98 |
| D - Modelo de convite informal | 99 |
| E – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) | 100 |
| F - Parecer do comitê de ética da UFRRJ | 102 |
| G - Síntese da Linha do Tempo da AU | 103 |

1 INTRODUÇÃO

Os modos de vida do mundo rural têm apresentado cada vez mais novas conexões com os centros urbanos e regiões metropolitanas (PRADO, 2015). Essa relação de estreitamento entre campo e cidade se dá, dentre outros fatores, pelo aumento de práticas e iniciativas agrícolas e pela crescente valorização dos saberes tradicionais na cidade.

Além disso, observamos também nas sociedades urbanas a adoção de novos estilos de vida que, na busca por refúgio, lazer e descanso, modificam seus modos de viver, comer e suas relações sociais. Dentre as mudanças está a reprodução de hábitos vistos ainda no imaginário dos brasileiros como restritos à vida no campo.

Como exemplos dessas relações, podemos citar: 1) a necessidade de se estar mais “próximo da natureza”, mesmo que de forma idealizada, por parte de pessoas que vivem estilos de vida urbanos, em especial, jovens nascidos na cidade; 2) consumidores que se organizam em grupos de compras coletivas buscando alimentos mais saudáveis e uma aproximação direta com os produtores dos alimentos que consomem em seus lares urbanos; e 3) moradores urbanos que, por motivos diversos – geração de renda, produção para o autoconsumo, reconexão com suas raízes rurais –, buscam espaços nas cidades para produzir alimentos, plantas medicinais e outros bens de consumo.

Por sua vez, observamos que essas práticas passam a ser valorizadas quando identificamos, entre outras coisas, o crescente reconhecimento por parte do campo acadêmico sobre o conhecimento popular e tradicional, principalmente pela mobilização de movimentos sociais urbanos que, na busca por um modelo mais justo de cidade, reivindicam a democratização do espaço urbano. Nesse sentido, as práticas e as iniciativas mencionadas acima refutam as visões dicotômicas entre o rural e o urbano, vistos muitas vezes como antagônicos e dissociados entre si (CARNEIRO, 2008).

Uma das práticas que rompem com a dicotomia rural-agrícola/urbano-industrial/serviços é a prática da agricultura urbana (AU), que atribui à cidade novas dimensões de morar, comer e plantar.

Entendemos a agricultura urbana como um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, como processados e produtos beneficiados, de forma segura (do inglês *food security*), para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.) (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Em suas variadas formas de expressão, podemos destacar a prática de diferentes agriculturas na cidade como: 1) hortas comunitárias em escolas, associações de moradores, centros de saúde, instituições, universidades, penitenciárias, creches, terraços e telhados, lajes, quintais residenciais, sob linhas de transmissão de energia elétrica e faixas de dutos, parques, praças, canteiros, condomínios e habitações populares, entre outras; 2) criação de

pequenos animais para produção; 3) compostagens e minhocários; 4) agroflorestas; 5) cultivo de plantas medicinais; 6) processamento, beneficiamento, atividades culinárias e vendas de alimentos e produtos agrícolas; 7) economia solidária e compras coletivas; e 8) feiras livres para comercialização de alimentos orgânicos, agroecológicos e “da roça”.

Assim, esse modelo pode exercer influência na gestão urbana, social e ambiental das cidades, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade nas cidades. Além disso, apresenta vantagens no uso de tecnologias acessíveis, em que o(a) agricultor(a) aprende a produzir seus próprios insumos e a gerir todo o processo de produção por conta própria, reduzindo a dependência de insumos externos.

Praticada nos espaços urbanos, a AU pode ser, portanto, uma ferramenta importante para fortalecer a transformação social, tendo em vista experiências consideradas bem-sucedidas, como é o caso do município do Rio de Janeiro, onde a AU agroecológica é responsável pela consolidação de movimentos de agriculturas na cidade.

Como exemplo, podem ser mencionados os agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, na Zona Oeste do município. Neste caso, a produção agroecológica é realizada por aproximadamente 300 famílias (PRADO et al., 2012), sendo algumas certificadas como produtoras orgânicas, as quais cultivam banana, aipim, caqui e hortaliças diversas, e conquistaram o direito de comercializar seus produtos em feiras orgânicas espalhadas pela cidade (DIAS, 2018).

Antônio Lattuca, referência latino-americana em agricultura urbana, ressalta que, em resposta à crise econômica de 2002, foi criado o Programa de Agricultura Urbana na cidade de Rosário, Argentina, o qual, em 2015, registrou a existência de 1500 agricultores voltados à produção de alimentos para o autoconsumo e outros 250 para a venda de seus excedentes (GIANELLA-ESTREMS; PÍNZAS, 2015).

Em suas variadas formas de expressão, a agricultura urbana agroecológica perpetua diferentes dimensões, atingindo aspectos tecnológicos, sociais, econômicos, ambientais e de saúde. Além disso, a adoção de tecnologias como, por exemplo, a compostagem e a captação de água da chuva, bem como o princípio da utilização dos recursos naturais em consonância com o tempo de resiliência da natureza, são usados para promover a manutenção da biodiversidade e a conservação ambiental, além de auxiliar na reciclagem de resíduos sólidos. Já no campo social, possibilita a interação entre as pessoas, criando novos espaços de convivência, resgatando a tradição de pratos típicos, festas e comemorações regionais em torno da comida. Plantados e colhidos a partir dos seus próprios ciclos naturais, os alimentos agroecológicos possibilitam manter viva a sabedoria popular e cultural, como é o caso do Tira Caqui¹, festa tradicional que acontece no feriado de Tiradentes na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

No campo econômico, possibilita a geração de renda pela eventual transformação de excedentes da produção em comercialização, diminuindo desigualdades sociais e promovendo um modelo de desenvolvimento mais justo e democrático, ao reduzir o percurso do alimento e aproximar produtores e consumidores. A pequena produção

¹ A Festa do Tira Caqui ocorre desde 2011 no Maciço do Parque da Pedra Branca e celebra a safra da fruta cultivada livre da presença de agrotóxicos. Disponível em: <<http://aspta.org.br/2015/04/o-caqui-festa-naagricultura-urbana-carioca/>>, acesso em 15 de agosto de 2018.

contribui também para a diminuição dos gastos com alimentação e saúde e possibilita as redes de troca de alimentos com seus vizinhos (MACHADO; MACHADO, 2002).

São diversas as iniciativas que possibilitam a produção agroecológica e os processos de encurtamento do circuito do alimento. Como tema central desta dissertação, abordamos o que chamamos de Arranjos Locais (AL)², termo desenvolvido pelo programa da AS-PTA e que será melhor explicado a seguir.

O bairro da Penha, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, possui 11 favelas³, formando o Complexo da Penha, e seu contexto histórico ilustra a realidade da construção do município. Assim como em outras comunidades, exemplifica, na sua constituição, a presença de moradores, em sua maioria imigrantes de outras regiões do país, em especial de localidades rurais do Nordeste.

Uma das características presentes nas favelas do Complexo da Penha é a presença de movimentos sociais urbanos, populares, de cultura e resistência comunitária. Dentre esses, ressaltamos o Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM). Desde 2011, o CEM, grupo comunitário de ação socioambiental, já vinha atuando na região, principalmente na promoção do reflorestamento e preservação do Maciço da Serra da Misericórdia, último remanescente de floresta de Mata Atlântica da Zona Norte da cidade. Em 2016, conhecedores da vulnerabilidade da oferta de alimentos agroecológicos na comunidade, integrantes do CEM, em parceria com outras organizações e instituições locais, em especial a Assessoria Técnica do Programa de Agricultura Urbana⁴ da ASPTA - Agricultura familiar e Agroecologia, constituíram um AL, chamado “Arranjo Local da Penha” (ALP).

O projeto ALP tem como objetivo potencializar, articular e intercambiar iniciativas que demonstrem a viabilidade de processos sustentáveis de desenvolvimento na cidade através do fortalecimento de organizações comunitárias e da construção participativa de ações de AU. Seu principal intuito é promover a soberania alimentar no Complexo de Favelas da Penha através da agricultura urbana.

A metodologia utilizada no Projeto Arranjos Locais da AS-PTA tem caráter teórico e prático e busca fortalecer o protagonismo das instituições comunitárias. Nesse sentido, procura identificar situações que demonstrem como a agricultura urbana se relaciona com vários eixos do desenvolvimento comunitário e cria condições para que as pessoas produzam sua própria capacidade de se alimentar, evidenciado a relação entre alimentação e saúde.

Na Penha, o projeto conta com a atuação de diversos parceiros do CEM, tais como professores, pais e alunos da Escola Municipal Bernardo de Vasconcellos, merendeiras do Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Maria de Lourdes Ferreira, agentes de saúde da

² Os Arranjos Locais são por nós compreendidos como uma tecnologia social que visa, a partir do enfoque na agricultura urbana, promover o fortalecimento da produção agroecológica e facilitar o acesso à alimentação saudável nos territórios.

³ São elas: Morro da Fé, Paz, Sereno, Caixa D'água, Caracol, Chatuba, Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Quatro Bicas e Merendiba.

⁴ O programa estimula o aproveitamento de pequenos espaços em comunidades dentro da cidade para o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais, sob um enfoque agroecológico. Além do incentivo à agricultura urbana, auxilia no fortalecimento e na construção de políticas públicas para agricultura familiar e agroecologia.

Clínica da Família (CF) Dr. Felipe Cardoso⁵, alunos de pós-graduação da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), integrantes de organizações comunitárias tanto locais como de comunidades vizinhas, como a Cariru, Raízes em Movimento, Verdejar Socioambiental, entre outros. Esses parceiros, através de uma articulação e atuação em rede, promovem ações de agricultura urbana na região.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os limites e as possibilidades de mobilização e desenvolvimento da agricultura urbana no Complexo da Penha por meio das práticas desenvolvidas pela articulação em rede do Arranjo Local da Penha, que mobiliza temas como agroecologia, saúde e alimentação no território. A pesquisa tem como objetivos específicos:

1. Identificar e sistematizar alguns aspectos da trajetória do movimento de agricultura urbana no Rio de Janeiro, suas lutas e resultados políticos, econômicos e sociais (capítulo I).
2. Descrever as iniciativas e estratégias locais de agricultura urbana, protagonizadas pelos integrantes do Arranjo Local da Penha e, por meio destas, analisar como se deu a reflexão sobre saúde e alimentação e sobre abastecimento de alimentos agroecológicos no território (capítulo II).
3. Propor um roteiro metodológico para implantação de arranjos locais em agricultura urbana, com base na experiência descrita (capítulo III).

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, são apresentadas as diferentes tipologias de agricultura urbana presentes no município do Rio de Janeiro e, em seguida, identificadas as principais legislações e políticas públicas no tema. O objetivo é fazer um breve levantamento dos eventos mais emblemáticos que marcaram essa temática nos últimos 20 anos (desde 1999 a 2019) e, deste modo, compreender a experiência do Arranjo Local da Penha não como um caso isolado, mas como expressão de um processo mais amplo de mobilização popular em torno da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro nesse período.

No capítulo II, está a sistematização das iniciativas e estratégias locais de abastecimento de alimentos agroecológicos na área de estudo, protagonizadas pelos integrantes do ALP e, por meio destas, analisa-se como se deu a reflexão e debate sobre os temas saúde e alimentação, sendo composto por três seções. Na primeira, são contextualizados o histórico e o trabalho em rede promovido pelos integrantes do CEM em parceria com outras instituições locais e a assessoria da AS-PTA, e como isso se tornou o ALP. Na segunda seção, é apresentada uma descrição qualitativa dos sujeitos e também das instituições envolvidas e os contornos mais precisos dos procedimentos metodológicos desenvolvidos junto a cada um dos interlocutores.

No capítulo III, foi elaborado um roteiro reunindo os procedimentos metodológicos realizados para formação e mobilização de um AL inspirado na experiência do ALP, sugerindo em que medida as práticas de agricultura urbana, no âmbito deste projeto, podem contribuir para a promoção da saúde e da autonomia local. Além disso, o roteiro tem o

⁵ Clínica da Família Dr. Felipe Cardoso, mais informações em: <http://smsdc-csffelipecardoso.blogspot.com/>, acesso em março de 2018.

intuito de servir como um exemplo de experiência para que outros grupos possam replicar e/ou trocar experiências sobre essas iniciativas em seus territórios.

Metodologia

Inicialmente, serão apresentados alguns aspectos sobre a área de abrangência do estudo. Para tanto, foram levantadas informações secundárias em documentos institucionais e trabalhos acadêmicos.

A pesquisa teve como recorte geográfico parte do Complexo da Penha, local no qual se desenvolve o ALP (FIGURA 1). Região conhecida pela vulnerabilidade ambiental, social e econômica, o bairro, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, apresenta uma população residente de 78.678 pessoas, sendo 48,5% do sexo masculino e 51,5% do sexo feminino. A média de habitantes por domicílios é de aproximadamente 3 pessoas (IBGE, 2010). De acordo com dados do censo (IBGE, 2010), o Índice de Desenvolvimento Humano da região é de 0,804, índice que coloca o bairro em 87º lugar no município do Rio de Janeiro – de uma lista de 126 bairros.

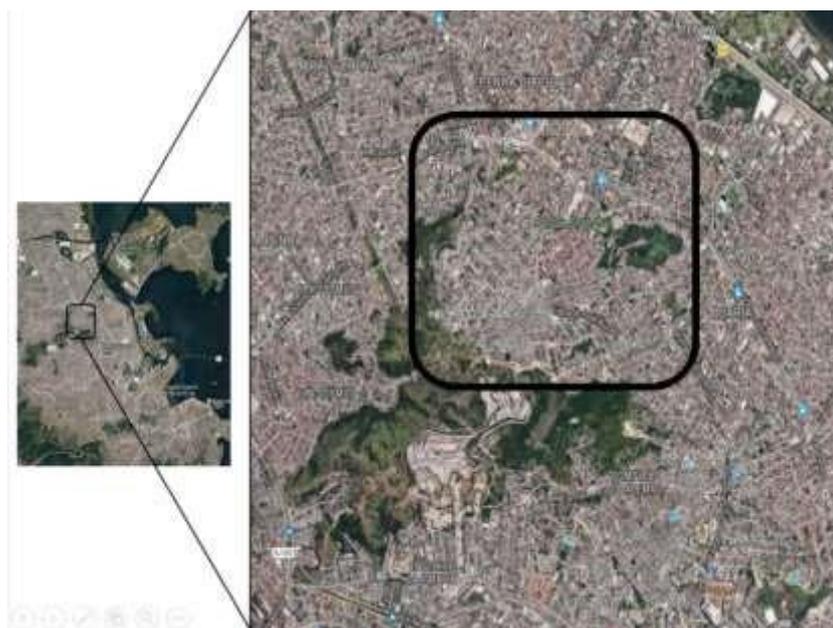


Figura 1 - Localização da área de atuação do Arranjo Local da Penha. Fonte: Produção Arranjo Local da Penha.

As primeiras construções populares no bairro surgiram na década de 1930, em virtude da ação de remoção de comunidades do centro da cidade para os subúrbios (OLIVEIRA, 2014). Naquela época, por ser uma das áreas ainda não edificadas da zona norte, o bairro também participou da política de remoção de comunidades carentes e precárias localizadas em bairros mais centrais do Rio de Janeiro, sendo criadas vilas e os Parques Proletários da Penha, onde foram erguidas habitações de madeira com banheiros compartilhados para receber as famílias removidas do centro.

Tais habitações eram tidas como provisórias, até que o governo construísse conjuntos residenciais a serem financiados a juros baixos. Essa promessa nunca foi

cumprida, tornando perene o que seria provisório. Até os anos 1970, os moradores eram proibidos pelo poder público de construir residências de alvenaria para substituir os barracos; mesmo a construção de banheiros individuais era coibida. Somente na década de 1980 uma relativa urbanização da região se iniciou, com a construção de residências de alvenaria, a ampliação da oferta de transporte público e a abertura de escolas (VALLA, 1986).

Atualmente as residências são de alvenaria, há um razoável sistema de transporte público e escolas, mas faltam serviços públicos básicos como iluminação pública, tratamento de esgoto e encanamento de água. As regiões mais altas do complexo sofrem ainda com a coleta de lixo irregular e a falta de saneamento básico. O crescimento desordenado culminou também com a destruição das muitas áreas verdes que existiam na região.

Por meio da aproximação da AS-PTA junto à organização comunitária CEM foi possível conhecer mais de perto as realidades e demandas deste território. Dentre as demandas, os integrantes destacaram o não acesso a alimentos saudáveis pelos moradores e as dificuldades enfrentadas no que diz respeito ao acesso à terra. Esse tema serviu de base empírica para contextualizar o objeto de estudo no tempo e no espaço desta pesquisa.

A abordagem metodológica utilizada foi inspirada em Matos e Pessôa (2009), que consideram a pesquisa qualitativa como uma abordagem interpretativa e descritiva que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado. Permite, portanto, que o pesquisador participe das atividades desenvolvidas por seus interlocutores, assim como o pesquisador também desenvolva ações, a fim de melhor compreender e interpretar os problemas do coletivo. Além disso, a pesquisa qualitativa tem como uma de suas principais características o reconhecimento dos atores sociais envolvidos como sujeitos que produzem seus próprios conhecimentos e práticas (CHIZZOTTI, 1991).

Dentre os procedimentos metodológicos, destaca-se a observação participante, que possibilitou registrar o comportamento dos atores em seu contexto, não retratando, portanto, apenas a aparência. Significa absorver o sentido das relações sociais, culturais e econômicas do lugar, de forma que o pesquisador passe também a fazer parte, de maneira ativa, do grupo pesquisado (ALVES-MAZZOTTI, 2002). Para iniciar o processo de observação em campo, seguiu-se o planejamento das atividades descrito por Matos e Pessôa (2009), que sugerem quatro premissas: a) o que deve ser observado; b) quais sujeitos serão observados; c) quando deve ser feita a observação; e d) como serão os registros. Nesse sentido, as observações *in loco* apresentaram como vantagem em relação à pesquisa baseada exclusivamente em documentos e dados secundários a aproximação com os fenômenos do estudo.

A pesquisa participante (com foco na pesquisa-ação), conforme proposto por Magalhães e Lima (2009) é uma experiência de apropriação do saber e do conhecimento produzidos coletivamente, envolvendo pesquisadores e pesquisados, que produzem ação como possibilidade de transformação da realidade social, mudança e intervenção. A pesquisa participante, através da pesquisa-ação, vai além da interação entre os membros envolvidos, pois permite efetivar ações para solucionar problemas (THIOLLENT, 1987).

Para identificar os(as) interlocutores que seriam entrevistados(as) foram realizadas entrevistas prévias com os(as) integrantes do CEM, orientadas por perguntas abertas não

estruturadas, no formato de conversas informais, seguindo métodos preconizados por Matos e Pessôa (2009). O uso dessa metodologia, na etapa inicial, é indicado por AlvezMazzotti (2002) quando o(a) pesquisador(a) não tem definido ainda quais aspectos serão focados. Essa técnica possibilita, portanto, no início da coleta de dados, mais liberdade aos entrevistados para falar sobre os temas em pauta, auxiliando a contextualização do grupo. Durante essa fase inicial, buscou-se pesquisar também registros bibliográficos considerados significativos sobre os grupos do estudo, como materiais produzidos por eles mesmos, publicações em sites das instituições parceiras e páginas de redes sociais, além de trabalhos acadêmicos já realizados no local, referentes ao tema de estudo.

A partir dessas conversas, os interlocutores foram selecionados seguindo um critério de participação e envolvimento com as ações do Arranjo Local e, em seguida, foram divididos em três grupos, como demonstrado na Figura 2. O grupo 1 foi composto de dois integrantes, os mobilizadores do ALP, que também são agricultores urbanos e coordenadores da organização CEM, o grupo 2 foi formado por cinco agentes de saúde, pertencentes ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) da CF Dr. Felipe Cardoso e envolvidos com os grupos de apoio voltados aos usuários da região e, finalmente, o grupo 3 foi composto pelas usuárias da CF participantes do grupo *Saúde e Alimentação*, formado por cerca de 15 moradoras da Penha.



Figura 2 - Composição dos três grupos de estudo. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

A escolha por organizar o olhar a partir desses três grupos específicos se deu pelo destaque que tiveram na construção do ALP. Além disso, essa escolha visou captar diferentes olhares e percepções dos sujeitos locais sobre o tema do estudo em relação ao ambiente, buscando compreender a diferença de entendimentos e abarcar a maior diversidade possível do lugar. A escolha por esse método objetivou registrar não somente as respostas dos sujeitos, mas também a interação entre os mesmos e a convivência dos atores com o lugar.

Nesse sentido, no acompanhamento aos três grupos, foi estabelecida uma ou mais técnicas dentre as disponíveis na pesquisa qualitativa, sendo que as técnicas de entrevista e observação participante foram utilizadas igualmente nos três grupos.

Visando adequação às normas acadêmicas, a proposta desse estudo foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e as entrevistas foram previamente autorizadas pelos interlocutores por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver ANEXOS E e F). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A autoria dos depoimentos e opiniões foi apresentada no texto, reforçando a participação dos sujeitos na construção e desenvolvimento do projeto.

Foi conduzida a análise dos dados obtidos a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas elaboradas previamente (que contou com a inserção de novas perguntas à medida que ocorria a aproximação com os parceiros no decorrer da pesquisa). Os encontros foram gravados em áudio e posteriormente transcritos, sendo organizados a partir da definição de algumas categorias de análise: o entendimento das moradoras da comunidade quanto à ideia de alimentação saudável; a distância geográfica das residências aos pontos de venda de alimentos frescos/*in natura* e de alimentos processados e ultraprocessados; os desafios e os problemas mais apontados por eles(as). Com essas categorias, buscou-se observar em que medida os grupos acompanhados compreendiam a problemática levantada *do não acesso a alimentos agroecológicos*.

Por fim, destaca-se que a aproximação com esta temática e a construção do objeto de investigação se deu em virtude das atividades de assessoria do programa de Agricultura Urbana da AS-PTA e, na medida em que surgiam oportunidades de participar da construção da rede, mediando e facilitando o trabalho com os grupos, saía-se da posição de “estrangeira” e ocorria a interferência na realidade. Essa atuação em rede propõe a interconexão entre os diferentes saberes: técnicos, científicos e populares, buscando gerar um novo conhecimento adaptado à realidade local.

CAPÍTULO I - AGRICULTURA URBANA NO RIO DE JANEIRO: ARTICULAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autores como Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) têm procurado discutir a agricultura urbana (AU) para além do seu aspecto produtivo, colocando ênfase em aspectos relacionados à ocupação, ao uso do solo e ao acesso às cidades. Neste capítulo, buscou-se identificar e sistematizar alguns aspectos do movimento da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos (de 1999 a 2019), incluindo as lutas populares, a implementação de políticas públicas e alguns resultados econômicos e sociais. Para melhor compreensão das lógicas de organização territorial presentes, foi realizada a síntese da linha do tempo em formato de facilitação gráfica (ANEXO G).

1.1 Construção Social da Agricultura Urbana no Rio de Janeiro

Diversas iniciativas de agricultura urbana estão presentes no Rio de Janeiro há muito tempo. Considerou-se, para efeito desse trabalho, a constituição do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, em 1999, como marco inicial de um processo de

construção coletiva de identidade. Até então, as iniciativas de agricultura na cidade não eram denominadas como tais.

As práticas de AU são tão antigas quanto a criação das próprias cidades. Porém, a história de sua construção social, bem como a reflexão sobre seu conceito e o debate sobre o tema são ainda muito recentes (MATTOS et al., 2015).

Já a AU com enfoque agroecológico vai além do direito a plantar, pois se pauta pelo respeito aos saberes e aos conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e por processos participativos (ALTIERI, 2004). Curado, Tavares e Santos descrevem a Agroecologia como uma ciência que contribui, numa perspectiva de análise multidimensional – sendo ela econômica, social, ambiental, cultural, política e ética –, para o manejo de agroecossistemas sustentáveis, constituindo-se numa matriz disciplinar integradora de saberes, conhecimentos e experiências. Os autores complementam: “Dessa forma o que está em jogo não é a simples decisão pelas melhores ou piores práticas agrícolas, tampouco a valorização de indicadores que meçam exclusivamente a produtividade.” (CURADO; TAVARES; SANTOS, 2015).

Há muitas razões que justificam a realização de atividades agrícolas nas cidades. Nota-se, por exemplo, nas grandes metrópoles, a presença de famílias rurais migrantes que trouxeram consigo a memória de suas atividades do campo, construindo laços e relações com a terra nos quais a transmissão de conhecimentos de gerações passadas possibilitou manter ativas tais atividades e costumes agrícolas.

Porém, vale ressaltar, que essas práticas não devem ser consideradas apenas reproduções de modelos de vida antigos, vinculados ao resgate dos próprios costumes.

Cada vez mais são revelados hábitos inventivos nos quais mesmo moradores urbanos de diferentes classes sociais, sem nenhuma referência anterior com o campo, passam a se dedicar a essas atividades, seja pelo cuidado com a alimentação, pela busca de aproximação com a natureza, ou ainda como uma forma de incremento da renda (MATTOS et al., 2015).

O processo de favelização no município do Rio de Janeiro foi fortemente marcado pela migração de grupos de zonas rurais do Nordeste brasileiro em direção aos centros urbanos do Sudeste. Os migrantes trouxeram suas culturas para o espaço das favelas, as quais acabaram mantendo muitos traços rurais e algumas experiências de agricultura familiar de pequena escala, enquanto não surgiam alternativas de empregos formais. Atualmente, observamos a redução desses espaços agrícolas em áreas urbanas, o que ocorre, entre outros fatores, devido à especulação imobiliária, às políticas de remoção das favelas inseridas em áreas consideradas nobres da cidade e às desapropriações para novas construções.

Com o passar do tempo, o aumento do adensamento urbano sem infraestrutura ocasionou nas favelas a diminuição das áreas de cultivo e a produção de alimentos perdeu força. Muitos agricultores(as) passaram a exercer outras profissões, tais como porteiros, ajudantes de pedreiro, ambulantes, prestadores de serviços domésticos (STRAUCH; MENDONÇA, 2012).

Em outubro de 1999, a AS-PTA deu início ao Programa de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro. Como organização atuante no campo da agroecologia no

Brasil, o início de uma ação em meio urbano buscou trazer a reflexão sobre as relações campo-cidade, bem como sobre as formas de ocupação e os usos dos espaços urbanos. Uma das hipóteses iniciais do programa era o potencial de abastecimento e de contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional das iniciativas de agricultura urbana.

No início dos anos 2000, as primeiras ações do Programa de AU da AS-PTA foram implementadas, destacando-se os diagnósticos participativos e o início do estabelecimento de relações em comunidades da zona oeste do Rio de Janeiro e com instituições públicas, tais como a Embrapa Agrobiologia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Em 2003, no espectro do lançamento do Programa Fome Zero pelo governo federal, foi estabelecida uma parceria com a Pastoral da Criança visando o desenvolvimento de um projeto piloto. Posteriormente, o projeto foi replicado em todo o Brasil, chamado “Integrando o Resgate das Experiências de Cultivos em Quintais ao Trabalho da Pastoral da Criança”.

Em paralelo às iniciativas desenvolvidas pela AS-PTA, em 2004 foi criado o Projeto Hortas Cariocas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Este projeto tinha o intuito de incentivar a criação de hortas comunitárias em áreas carentes no município, propiciando capacitação e oferta de trabalho para os moradores das comunidades.

No ano de 2006, a Articulação Nacional de Agroecologia realizou o II Encontro Nacional de Agroecologia, em Recife, PE. A participação articulada da sociedade civil do Estado do Rio de Janeiro neste encontro levou à constituição da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), uma rede estadual de agroecologia com expressiva participação de grupos de agricultura urbana do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, no âmbito da implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou o projeto Profito. De acordo com Francisco Caldeira, agricultor de Vargem Grande, região oeste carioca, a história do agricultor familiar na cidade do Rio de Janeiro ressurgiu a partir de 2006, em parceria com a Fiocruz, através desse trabalho com plantas medicinais, abrindo espaço para evidenciar a falta de políticas públicas para o setor.

No ano de 2007, por encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) do governo federal (ministério atualmente extinto), foi realizada uma pesquisa nacional sobre agricultura urbana e periurbana (AUP) em 11 regiões metropolitanas do Brasil e publicado um documento com diretrizes para a construção de uma política nacional de AUP. A pesquisa identificou 70 experiências diversas na região metropolitana do Rio de Janeiro (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Em 2008 aconteceu o Encontro Metropolitano de Agroecologia. A partir dos intercâmbios e das dinâmicas de interação promovidas pelo Programa de AU da ASPTA, nos anos de 2004, 2007, 2008 e 2009 ocorreram os Encontros de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (EEASC). No último EEASC foi constituída a Rede Carioca de Agricultura Urbana, Rede CAU. A Rede CAU, segundo Silva (2017),

Reúne uma diversidade de sujeitos, associações, coletivos, estudantes, pesquisadores, organizações da sociedade civil, entre outros, envolvidos com a agroecologia, seja na pesquisa, na extensão, na militância, serviços de assessoria ou na prática, como é o caso principalmente, dos produtores. Da parte de quem produz alimentos, são pessoas que se denominam “agricultores e agricultoras urbanos/as”, muitos deles/as com famílias que já residiam nas antigas zonas rurais do Rio de Janeiro há mais de um século. (SILVA, 2017, p. 9)

No ano de 2011, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (Consea-Rio), partindo das informações da identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras realizada em 2007 (SANTANDREU; LOVO, 2007), atualizou o levantamento identificando 200 iniciativas de agricultura urbana no município do Rio de Janeiro. Podem ser mencionadas, por exemplo, a produção em quintais, hortas comunitárias/escolares, compostagem, cultivo de plantas medicinais, produção em lajes e varandas e feiras ecológicas (CONSEA-RIO, 2011). Ainda que o referido levantamento tenha identificado um elevado número de experiências, essas apresentam pouca ou nenhuma visibilidade, poucas delas recebendo apoio governamental.

Com o objetivo de ampliar as oportunidades de ocupação econômica e de geração de renda de agricultores familiares periurbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro, a AS-PTA lançou no mesmo ano o Projeto Semeando Agroecologia. Com o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, foram atendidos diretamente 650 agricultores(as) provenientes de comunidades situadas em Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro. A participação de jovens e mulheres agricultoras tiveram destaque em todas as atividades.

As ações do Projeto se orientaram para promover a intensificação e a diversificação produtivas dos sistemas agrícolas familiares com base em tecnologias e práticas agroecológicas e, simultaneamente, ampliar o acesso dos(as) agricultores(as) a distintos circuitos dos mercados locais e institucionais. Nesse sentido, foram realizados diagnósticos participativos e atividades de capacitação, fomento à produção e à comercialização, bem como a implementação de unidades demonstrativas, visitas técnicas, dentre outras, sempre com atuação junto a agricultores(as) urbanos e periurbanos.

Também em 2011 foi realizada a primeira Festa Estadual de Sementes em Nova Iguaçu (FIGURA 3). Reunindo aproximadamente 350 agricultores(as) de todo o Estado, a Feira teve o objetivo de debater o papel das sementes e o fortalecimento da agricultura familiar na região. O evento foi realizado a partir da parceria da AARJ, da Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu (AFERNI) e do Projeto Semeando Agroecologia da ASPTA. A festa foi de grande importância para facilitar o acesso dos(as) agricultores(as) urbanos a uma nova variedade de sementes.

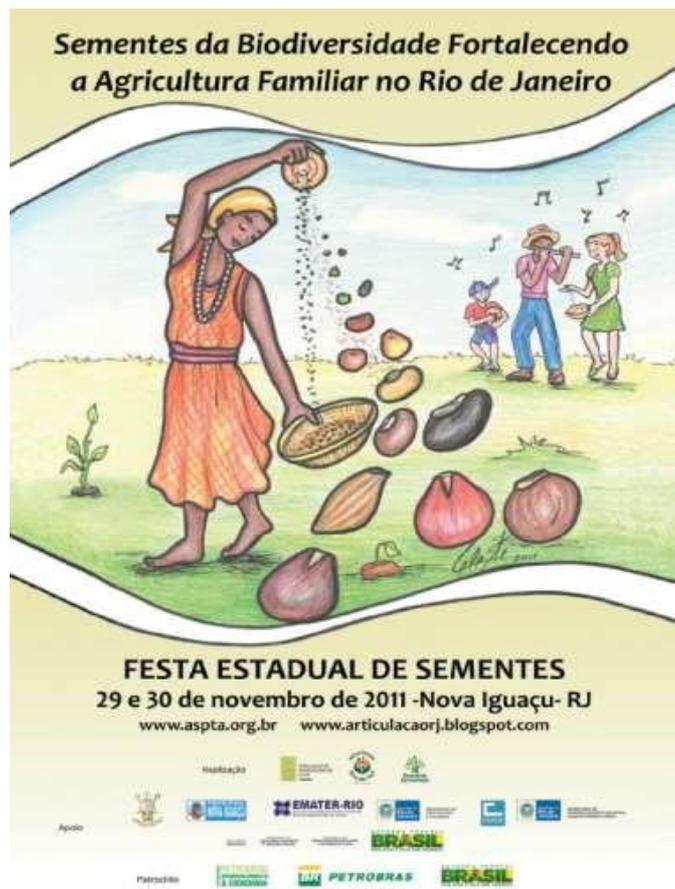


Figura 3 - Cartaz da Festa Estadual de Sementes em Nova Iguaçu. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana. 2011.

O crescimento do movimento da agricultura urbana no Rio de Janeiro, que coloca a Rede CAU como protagonista na discussão de políticas públicas para a agricultura no município, levou, em 2012, à constituição do chamado Mutirão Pró-DAP. Buscando superar o desafio de obtenção da Declaração de Aptidão (DAP) junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e atender aos direitos e demandas desses(as) agricultores(as), Prado, Mattos e Fernandez (2012) ressaltam que a Rede CAU articulou uma parceria envolvendo não só agricultores, mas também participantes de três projetos de assessoria⁶. Tal iniciativa tinha como plano de ação orientar os agricultores sobre o acesso a esse direito.

O mutirão realizou um diagnóstico de propriedades do Maciço da Pedra Branca e reuniu informações como: 1) documentação e o tamanho da propriedade; 2) o local de moradia; 3) a mão de obra utilizada; e 4) a composição da renda, referente ao enquadramento dos(as) agricultores(as) nos critérios de emissão da DAP. Com esse diagnóstico, o Mutirão Pró-DAP viabilizou, no mês de junho de 2012, inicialmente, a emissão de três DAPs. Ainda que o número de DAPs emitidas a partir do mutirão tenha sido pequeno, sua relevância foi grande para a Rede de Agricultura Urbana pela

⁶ São eles: Projeto Semeando Agroecologia, da AS-PTA, Profito Pedra Branca, da Fiocruz, e o Programa de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca, vinculado à UFRRJ.

demonstração da força da ação coletiva, abrindo portas para que outras DAPs fossem emitidas como fruto desse processo.

O mutirão Pró-DAP foi, portanto, um tema gerador que impulsionou outras conquistas, sendo inclusive propulsor para emissão de nota técnica realizada anos depois, em 2018, que virou referência para se discutir agricultura urbana. Vale ressaltar que, em todo o país, a AU não é medida por critérios numéricos: “Um número pequeno diante das centenas de agricultores familiares da cidade do Rio de Janeiro, mas que sinaliza um novo horizonte de possibilidades para o fortalecimento desse segmento invisibilizado” (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012, p. 9).

No ano de 2013, a AS-PTA aprofundou a sua inserção em comunidades periurbanas por meio do Projeto Alimentos Saudáveis nos Mercados Locais (financiado pela Petrobras, com vigência de 2013 a 2015)⁷. Com atuação junto a agricultores urbanos e periurbanos de Guapimirim, Magé, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, este permitiu acúmulos institucionais no aspecto do incentivo aos mercados locais para agricultores familiares na região. Implantou e consolidou feiras e permitiu a realização dos primeiros projetos de venda para a alimentação escolar.

No mesmo período, a AS-PTA implementou o Projeto Árvores na Agricultura para a Conservação da Mata Atlântica (financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade/FUNBIO, com vigência de 2013 a 2015). O objetivo do projeto foi contribuir para a conservação de fragmentos da Mata Atlântica em comunidades rurais situadas em áreas de amortecimento de unidades de conservação na região metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto envolveu aproximadamente 70 agricultores, incentivando-os a incorporarem o uso de árvores nos sistemas produtivos, além de ter permitido a construção de políticas públicas para a agricultura familiar inserida em unidades de conservação. Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, o agricultor familiar de Vargem Grande Francisco Caldeira de Souza foi nomeado presidente do Consea – Rio.

Em 2014, apoiado pelo Instituto Rio, foi desenvolvido o projeto “Mulheres em Rede: valorização e resgate de experiências em agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro” (com duração de março de 2014 a janeiro de 2015). A partir desse projeto, foi possível identificar que o tema do feminismo ainda era pouco desenvolvido pelas mulheres agricultoras, apesar da identificação imediata quando do acesso a essa informação.

Como diagnóstico final, foram apresentados alguns encaminhamentos: 1) o trabalho em rede requer uma dinâmica processual, de modo que garanta a participação efetiva dos sujeitos e assim se construam relações horizontais, bem como a participação qualificada nos processos como um todo; 2) a coordenação de um projeto em um determinado território deve ser feita em parceria com os atores que tenham inserção direta no local, de maneira que a execução das ações seja legitimada pela comunidade e pensada em cooperação, para que atendam as demandas reais dos grupos participantes; e 3) a

⁷ Ver mais em <<http://aspta.org.br/2013/09/projeto-alimentos-saudaveis-nos-mercados-locais/>>, acesso em julho de 2016.

necessidade de envolver diretamente e de forma crítica as crianças no debate da agricultura na cidade e do feminismo⁸.

Em setembro do mesmo ano, aconteceu o I Encontro Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Promovido pelo Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio (SAN/RJ), teve como tema a agricultura familiar na alimentação escolar e como objetivo geral avaliar a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos cinco anos anteriores àquele no estado do Rio de Janeiro. Já os objetivos específicos foram: 1) identificar novos(as) parceiros(as) e redes de SAN nas diferentes regiões e municípios do Estado; 2) socializar agendas regionais; 3) trocar experiências e pensar sobre um programa de formação de SAN, bem como iniciar a construção de uma agenda comum para o fortalecimento das pautas.

No ano de 2015, como fruto da construção e amadurecimento do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), foi realizado o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU) na UERJ (FIGURA 4).



⁸ Relatório final produzido pela AS-PTA com a avaliação do projeto Mulheres em Rede: valorização e resgate de experiências em agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro, financiado pelo Instituto Rio. Elaborado em 30 de janeiro de 2015. Documento com 21 páginas – não publicado.

Figura 4 - Arte de divulgação do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana. Artista Bianca Santana.

Em 2016, com o intuito de contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada para populações em situações de vulnerabilidade social, foi criado pelo Programa de AU da AS-PTA o projeto “Agricultura Urbana e Arranjos em Mercados Locais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, mais conhecido como Projeto Arranjos Locais. Com o apoio da Misereor⁹, teve o intuito de fomentar o fortalecimento e a visibilidade da agricultura urbana e o desenvolvimento de mercados locais na Região Metropolitana do RJ. Sobre esse projeto nos aprofundaremos mais no capítulo II, subtítulo 2.1. Delimitação do Universo de Pesquisa.

Ainda em 2016, no mês de outubro, foi inaugurada a Feira Agroecológica na UERJ. A implantação de uma feira agroecológica dentro de uma universidade pública foi considerada um grande avanço em diversos aspectos no âmbito da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar no estado, pois se instituiu num espaço de comercialização de alimentos agroecológicos e de artesanato ligado à agroecologia, às tradições das comunidades e a soluções sustentáveis. Além disso, criou-se um ambiente propício para a preservação da diversidade da cultura popular e alimentar e um local de intercâmbio sociocultural, promovendo interação entre os feirantes, a comunidade da UERJ - alunos, funcionários técnico-administrativos e professores - e a comunidade que transita pela Universidade. Em 2017, a feira passou por um período de muita luta com as paralisações que ocorreram na universidade, mas permaneceu resistindo junto a toda comunidade da UERJ.

Sabendo que após o resultado das eleições municipais de 2016 o novo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, teria de lançar, em 2017, um Plano Estratégico (PE) para o município referente aos quatro anos de mandato (duração exigida pela Lei Orgânica do Rio de Janeiro¹⁰), a Organização Casa Fluminense¹¹ se antecipou e, no último semestre de 2016, junto a outras organizações da sociedade civil, incluindo a ASPTA e a Rede CAU, iniciou a construção de um plano de metas.

Através da dinâmica de oficinas presenciais, foi possível debater e construir um documento consolidado de propostas previamente feitas junto às organizações e ainda definir estratégias compartilhadas de difusão do conteúdo. Aqueles que não compareceram presencialmente, poderiam enviar suas sugestões via e-mail. Essa atividade tinha o intuito de consolidar uma carta pública com os principais pontos trazidos, para ser lançada no dia 28 de agosto de 2017, véspera do prazo legal de entrega por parte da prefeitura. Em julho de 2017, a prefeitura enfim divulgou o Plano Estratégico do município (RIO DE JANEIRO,

⁹ Organização alemã de cooperação para o desenvolvimento. Ver mais em <https://www.misereor.org/>.

¹⁰ Determinado por lei, o Plano de Metas dá transparência aos objetivos do governo e aponta as diretrizes setoriais, iniciativas estratégicas e metas da administração municipal. É um instrumento de gestão para potencializar os resultados do governo e permitir à sociedade fiscalizar a prefeitura. A lei determina que a prefeitura do Rio apresente o Plano em 180 dias.

¹¹ Associação civil sem fins lucrativos, apartidária e autônoma, tem como objetivo construir coletivamente políticas e ações públicas para o Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável. Fonte: Casa fluminense <https://casafluminense.org.br/a-casa/>, acesso em 2017.

2017) e, com o documento já disponível, as organizações iniciaram cuidadosamente a análise das iniciativas e metas apresentadas.

Já com a leitura prévia do documento, a Casa Fluminense mobilizou quatro audiências gerais (FIGURA 5) para análise do Plano Estratégico da prefeitura do Rio, abertas ao público, separadas por dias em diferentes locais da cidade, direcionadas por temas específicos nas esferas econômica, social, urbano-ambiental e de governança. A ideia era que, após essa consulta e análise, fosse possível elaborar um documento com comentários, críticas e sugestões ao Plano Estratégico do Rio e, a partir dos apontamentos desse documento, buscar interface na imprensa, nas mídias sociais e no processo de consulta oficial do plano para levar as sugestões da sociedade civil.



Figura 5 - Arte de divulgação das Audiências Gerais do Plano Estratégico do Rio. Fonte: Casa Fluminense.

Também em julho de 2017, aconteceu, no centro de Campo Grande, a Audiência Geral referente ao tema Urbano-Ambiental (FIGURA 6). Com a presença da população e de lideranças de movimentos, foi ressaltado, através das falas dos participantes, que a temática da AU e da agroecologia de maneira geral não estavam contempladas no Plano Estratégico proposto pela prefeitura:

Não encontramos nenhuma meta diretamente relacionada à Agricultura Urbana, Agricultura Familiar e Agroecologia. Achamos fundamental pensar em uma proposta de política pública que venha ao encontro com as nossas demandas, lutas, pautas e realidades. Gostaríamos que todos e todas participem sugerindo metas e indicando ações. (Bernadete Montesano, informação verbal¹²).

Ao mesmo tempo, o que era mencionado, pouco era esclarecido. Foi o caso, por exemplo, da citação sobre a criação de uma feira agroecológica municipal, da forma como

¹² Trecho transcrito referente à apresentação oral de Bernadete Montesano, mediadora da audiência, durante a abertura da Audiência Geral, no ano de 2017.

foi apresentada, não indicava de onde viriam os produtos e onde a feira seria realizada, além do que era necessário que se tornasse uma meta de fato.

Já referente à meta de número 56, presente no PE, que dizia: “Alcançar 80 toneladas de alimentos comercializados em feiras agroecológicas” (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 121), os participantes da audiência em questão acordaram que seria preciso que fosse melhor definida, ou seja, era preciso explicitar como fariam para dobrar a produção agrícola, elevando das atuais 47 toneladas aproximadas (Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola-ASPA) para as 80 propostas. A partir disso, anexaram o seguinte comentário:

A meta deve incluir o aumento do número de alimentos produzidos no município, não apenas comercializados. Dessa forma será possível implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que garante 30% dos recursos para compra de produtos da agricultura familiar, e incentivar a produção da agricultura urbana carioca. Essa medida deve estar em sintonia com uma Política Municipal de Segurança Alimentar e a criação de uma Política Municipal de Agricultura Urbana, devidamente articuladas com o fortalecimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas já existente. Essas políticas precisam versar sobre incentivos à implantação de feiras em bairros da periferia, o fortalecimento de articulações entre associações de bairros e instituições gestoras das feiras e a viabilização de infraestrutura para o funcionamento das mesmas (barracas, banheiros, etc.). (CASA FLUMINENSE, 2017).



Figura 6 - Audiência Geral em Campo Grande com o tema Urbano-Ambiental. Fonte: Rede Carioca de Agricultura Urbana, 2017.

Dentre outros resultados da audiência, foi indicada também a importância da constituição de um espaço de apoio à produção agrícola na zona oeste do Rio de Janeiro,

que possibilite realizar reuniões, capacitações para beneficiamentos da produção, criação de um banco de sementes, disponibilização de insumos e outras atividades. Sugeriram inclusive que o Casarão (onde fica a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro/Emater e que também acolhe a Feira Agroecológica de Campo Grande) fosse esse espaço. Além disso, indicaram incluir como meta a criação de um marco legal que regularize o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Já a criação de uma política municipal de agricultura urbana entrou como um dos 12 pontos prioritários a serem executados:

Fomentar a produção da Agricultura Urbana na cidade e garantir sua compra por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que destina 30% dos recursos para a compra direta de agricultores familiares. Essa política deve estar em sintonia com a estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o fortalecimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e a revisão participativa do Plano Diretor para o reconhecimento das áreas rurais do município. (CASA FLUMINENSE, 2017)

Vale salientar que a construção de uma política municipal de AU é uma reivindicação antiga dos movimentos sociais, das organizações não governamentais e das redes e articulações voltadas à promoção de agroecologia. Sua elaboração representa uma ampla articulação de agricultores(as) urbanos(as) na defesa dos direitos de cultivo em diferentes espaços urbanos. Dessa forma, permanece um processo de luta e de reivindicação urgente para que a AU adquira o estatuto de política pública como possibilidade de garantia da existência e da promoção das diferentes práticas que a compõem, bem como os direitos de uma diversidade de sujeitos que se encontram na condição de agricultores e agricultoras urbanas.

Após a finalização das quatro audiências, todas as relatorias foram reunidas em um único documento e posteriormente publicadas pela Casa Fluminense no Plano Estratégico Casa Fluminense 2017-2020, como contraponto ao plano apresentado pelo governo¹³.

Em outubro de 2017 aconteceu, em Paraty, na comunidade quilombola do Campinho da Independência, o IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro (FIGURA 7) mobilizado pela AARJ, cujo tema foi “Agroecologia Cultivando Territórios do Bem Viver”.

Com o intuito de colocar em destaque a luta de agricultoras e agricultores agroecológicos, o Encontro procurou fortalecer povos e comunidades tradicionais pela soberania alimentar e defesa de seus territórios, ampliar o alcance dos alimentos sem veneno, cultivados com base nos saberes da terra, além de ampliar as redes e as conexões daqueles(as) que produzem e fomentam a agroecologia e o movimento agroecológico no Estado junto às comunidades tradicionais. Esses elementos foram reunidos na construção de uma carta política, a Carta dos saberes ancestrais - Carta política e agenda de lutas:

¹³ Pode ser visto em https://casafluminense.org.br/wpcontent/uploads/2016/08/CasaFluminense_PlanoEstrategico_8JUN.pdf >, acesso em 2017.

Diante do cenário político marcado pela retirada de direitos sociais, em variados níveis e escalas, é importante nos posicionarmos em defesa das políticas públicas para a agricultura familiar camponesa e para as comunidades tradicionais. Entre os principais compromissos à defesa dos territórios, a resistência aos projetos de desenvolvimento neoliberais, a educação do campo, a comunidade popular, a luta do feminismo, o reconhecimento da agricultura urbana, a defesa dos bens comuns – entre os quais a defesa das águas, a luta pela Reforma Agrária paralisada no estado e no Brasil e tantas outras reivindicações presentes da Carta que reconhece, em seu nome, os saberes ancestrais como ponto de partida e fonte de força e inspiração. (AARJ, 2017)



Figura 7- Chamada para o IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Rede CAU, 2017.

No mês seguinte, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei n. 906/15 (BRASIL, 2015), que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana¹⁴. A Lei cria e estabelece ações que devem ser empreendidas pelo governo federal, em articulação com Estados e municípios. Pelo texto,

¹⁴ A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. É possível acompanhar em: <https://www.camara.leg.br/noticias/608038-comissao-aprova-criacao-da-politica-nacional-de-agriculturaurbana/>

a agricultura urbana é definida como “[...] a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala” (BRASIL, 2015, p. 1).

Ainda em 2017 foi criada, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Urbana, que institucionaliza uma emergente discussão sobre a produção de alimentos saudáveis e circuitos de abastecimentos sustentáveis no Rio de Janeiro.

Em 2018 foi aprovada, em segunda votação na Câmara Municipal, a Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do município do Rio de Janeiro. O Projeto de Lei n. 367/2017, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do município do Rio de Janeiro (Losan-Rio), em elaboração desde 2010, foi fruto de uma luta antiga dos movimentos sociais junto ao Consea-Rio (RIO DE JANEIRO, 2017). Em setembro do mesmo ano se tornou a lei n. 6.412. A proposta ainda precisa seguir para a sanção do prefeito antes de entrar em vigor.

1.2 As (não) Políticas de Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é o segundo maior município do Brasil, com aproximadamente 6,32 milhões de habitantes (IBGE, 2010). Seu território, considerado no plano diretor do município como urbano, vem sofrendo com problemas comuns às grandes metrópoles, como crescimento urbano não planejado, diminuição dos remanescentes de mata, esgotamento dos recursos naturais, violência, déficit de emprego e conseqüente fragilidade no acesso à renda, em especial pelos jovens e pelas mulheres, entre outros.

Além disso, o modelo de desenvolvimento voltado prioritariamente para classes sociais economicamente favorecidas promove conflitos com relação ao uso e ocupação do solo e das áreas verdes. Os remanescentes florestais são, na maioria dos casos, inseridos em Unidades de Conservação (UC), organizadas em diversas categorias de área protegida, com diferentes tipos de restrições à presença de comunidades humanas, geralmente formadas por agricultores(as) cujas práticas ajudaram a manter, ao longo dos anos, a sua preservação.

A escassez de moradia e a falta de planejamento urbano adequado, somados à necessidade de morar mais perto do local de trabalho, contribuíram para o crescimento de construções irregulares e aglomerados residenciais, com o conseqüente aumento do número e tamanho das favelas. As casas nas favelas, em sua maioria, ficam localizadas em regiões íngremes, envoltas por ladeiras, escadas e vielas. A prevalência de ruas estreitas e becos apertados permitem, na maioria das vezes, apenas o acesso a pé. A falta de acessibilidade, além da má gestão de integração do transporte público, resulta na distribuição desigual da oferta de serviços, e até mesmo os moradores de favelas localizadas na Zona Sul – área mais nobre da cidade, próxima a famosos pontos turísticos – não se beneficiam dos serviços públicos, prevalecendo apenas o contraste socioeconômico e evidenciando que aqueles territórios mais pobres têm acesso diferenciado à qualidade de benefícios sociais.

No que se refere à disponibilidade de acesso à diversidade de alimentos, uma pesquisa realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que a concentração da insegurança alimentar nas populações mais pobres se torna mais intensa em áreas urbanas do que nas áreas rurais (HOFFMANN, 2013). E, mesmo que o país tenha conquistado grandes avanços no que diz respeito à diminuição da pobreza e à consequente saída, em 2014, do ranking do Mapa da Fome produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), a “insegurança alimentar crônica” ou “transitória”, o aumento do sobrepeso e da obesidade, além dos desequilíbrios alimentares, são questões cada vez mais comuns nas grandes cidades e necessitam de atenção por parte das políticas públicas, das pesquisas acadêmicas e dos movimentos sociais.

Duran (2013) demonstra, em seu trabalho realizado em São Paulo, que supermercados, feiras-livres e sacolões apresentam maior disponibilidade de alimentos saudáveis do que pequenos mercados de bairro, sendo aqueles localizados em bairros de maior nível socioeconômico os que possuem mais opções saudáveis, quando comparados a estabelecimentos similares, mas localizados em áreas nas quais a média dos níveis socioeconômicos é menor.

Dados sobre o consumo alimentar da população brasileira (IBGE, 2011) revelam a ingestão de alimentos de alto teor energético e baixo teor de nutrientes, sendo o consumo de frutas, verduras e legumes muito inferior à recomendação (menos de 10% da população atinge as recomendações) e elevado o consumo de bebidas com adição de açúcar, como sucos prontos, refrigerantes e refrescos. Esses dados demonstram que a alimentação da população brasileira com base em alimentos *in natura* tem sido, cada vez mais, substituída pelo consumo de alimentos processados e ultraprocessados, de acordo com a nova classificação de alimentos proposta pelo Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), publicado pelo Ministério da Saúde (MS).

No Rio de Janeiro, nas favelas e nas áreas de periferia, as feiras, sacolões e hortifrúteis se mantêm; por outro lado, os produtos processados e ultraprocessados são mais facilmente encontrados em grande parte das vendas, biroskas, bares, quitandas e mercadinhos das comunidades, demonstrando a maior capacidade de distribuição desses produtos para os pontos de venda de regiões de menor poder aquisitivo. Tanto as barreiras físicas quanto as financeiras, somadas à ausência de políticas públicas para ampliar o acesso à alimentação saudável¹⁵, estimulam maior incidência da venda e consumo de produtos processados e ultraprocessados.

Se considerarmos os alimentos agroecológicos, é praticamente impossível encontrá-los nas áreas periféricas, pois seu acesso é desigual nas distintas regiões das cidades. É o caso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, por exemplo. Criado em 2010, oficializado em 2012 pelo Decreto de Lei n. 35.064 (RIO DE JANEIRO, 2012) e regulado pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro por meio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário, sua organização é feita em parceria com três entidades da sociedade civil: a Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio), a Essência Vital e a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia (Assessoria e

¹⁵ Conceito em permanente disputa e envolvido na chamada “cacofonia alimentar”, que inclui falas contraditórias sobre o que “faz bem” e o que “faz mal”, controvérsias científicas etc. (BARBOSA, 2009). Porém, aqui consideramos alimentação saudável aquela oriunda da agricultura agroecológica.

Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa)¹⁶ junto à Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). O circuito conta atualmente com 21 locais de comercialização¹⁷, sendo que destes, cinco (FIGURA 8) estão na Zona Norte e, mesmo assim, em subregiões de maior poder aquisitivo.

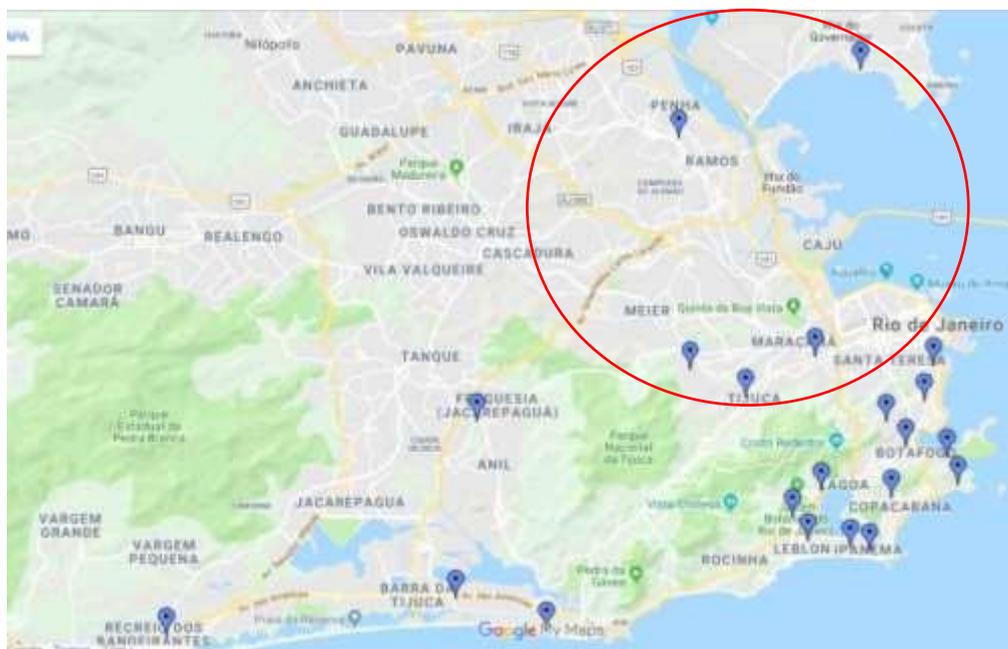


Figura 8 - Identificação dos locais de comercialização do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Fonte: Adaptado de <<https://www.feirasorganicas.com.br/>>, acesso em 2018.

As regiões onde existe uma grande oferta de produtos ultraprocessados e restrição de acesso a alimentos frescos constituem os chamados Desertos Alimentares (DURAN, 2013), definidos pelos nutricionistas como espaços (geralmente urbanos) onde não há acesso a alimentos *in natura* – o que torna praticamente impossível encontrar alimentos frescos que não tenham passado por algum tipo de processamento industrial. Isso é bastante comum em localidades mais pobres, mas não se limita a critérios socioeconômicos, já que, buscando praticidade (fator decisivo no que diz respeito a morar longe do trabalho, pouco tempo para a produção das refeições em casa, entre outros) muitas pessoas que teriam condição de se alimentar com produtos *in natura* são levadas a optar por produtos industrializados.

No entanto, ainda que a cidade do Rio de Janeiro seja eminentemente urbana e a agricultura venha deixando de ser valorizada pelo poder público, sendo cada vez mais desconsiderada e desestimulada, gerando um processo de “desagriculturação”, traços rurais

¹⁶ A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil e na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas sobre o tema. ¹⁷ 1. Glória; 2. Flamengo; 3. Laranjeiras; 4. Botafogo; 5. Gávea 6. Urca 7. Jardim Botânico; 8. Copacabana (Peixoto); 9. Leme 10. Ipanema I; 11. Ipanema II; 12. Leblon; 13. Barra da Tijuca; 14. Barra da Tijuca II; 15. Recreio 16. Tijuca I; 17. Tijuca II; 18. Freguesia; 19. Leopoldina; 20. Ilha do Governador; 21. Grajaú.

e uma grande diversidade de áreas de produção alimentar persistem, tanto nos espaços urbanos, quanto nos rurais. Diante deste cenário, a agricultura urbana agroecológica tem sido vista (RIBEIRO; BOGUS; WATANABE, 2012; ALMEIDA, 2011) como solução para promoção do desenvolvimento local e garantia de condições para o bem viver. Prado, Mattos e Fernandez (2012) ressaltam que as expressões da agricultura agroecológica na cidade através de associações e redes recriam sociabilidades e permitem uma maior participação em diferentes espaços que, na busca por visibilidade constroem estratégias de fortalecimento nas dimensões políticas, sociais e ambientais.

Os grupos e as organizações comunitárias que promovem a AU a defendem como forma para alcançar metas de garantia da soberania alimentar local, ao possibilitar o acesso à alimentação, sendo a produção local de alimento o caminho para se alcançar uma nova relação com o que se come, reduzindo o percurso da cadeia produtiva e aproximando produtores de consumidores¹⁷.

Nessa perspectiva, os circuitos locais¹⁸ (DAROLT et al., 2016) tornam os consumidores mais conscientes sobre sua alimentação, possibilitam preços mais acessíveis aos consumidores e mais justos aos produtores e, portanto, promovem autonomia alimentar. Além disso, a agricultura urbana produzida localmente estimula conexões estratégicas com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Os debates e as reflexões acerca do tema “alimentação saudável” se tornaram cada vez mais evidentes no Brasil e, com o passar do tempo, o conceito de segurança alimentar foi ampliado (AZEVEDO; JORGE; AZEREDO, 2016). A conceituação de SAN aprovada na II Conferência Nacional de SAN¹⁹, ocorrida em março de 2004 em Olinda, considera que

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2004)

Apesar da constante construção, a definição atual deste conceito no Brasil inclui preocupações como o acesso (tanto físico, quanto econômico), a disponibilidade regular e permanente e a quantidade e qualidade nutricionais necessárias ao indivíduo. O Guia Alimentar para a População Brasileira²⁰ (BRASIL, 2014) recomenda uma série de princípios para se obter uma alimentação saudável. Nesse sentido, entendemos aqui que os alimentos saudáveis não se definem apenas pelas características finais do produto, mas

¹⁷ Portanto, a oposição entre essas duas categorias, produtores e consumidores é cada vez menos rígida, pois ambos se confundem nas experiências de agricultura urbana.

¹⁸ Conceito que reforça a noção de proximidade tanto geográfica quanto no aspecto social presente na relação entre consumidor e produtor e nos processos de desenvolvimento local e na regionalização do alimento.

¹⁹ Encontro organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Reuniu 1300 pessoas e foi realizado de 17 a 20 de março de 2004 no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda. Como etapa final de um processo de criação dos conselhos e realizações de encontros nas diversas regiões, teve o intuito de reunir diretrizes para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para os anos de 2004 a 2007.

²⁰ Produzido pelo Ministério da Saúde, o documento aborda princípios e recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira (BRASIL, 2014).

também por todas as formas e etapas de produção, desde a escolha das sementes e do local de plantio até as condições de trabalho do(a) agricultor(a). Envolve, portanto, uma responsabilidade social e ambiental com a produção do alimento.

O Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA), produzido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater Rio), indica que em 2017 o município do Rio de Janeiro tinha 1.008 produtores, com 46.716,22 toneladas de produção ao ano em uma área de 2.814,74 hectares. Se comparado a outros municípios majoritariamente rurais, como por exemplo, Nova Iguaçu, com 121 produtores e 194 toneladas, Magé com 585 produtores e 12.000 toneladas e Petrópolis com 1.104 agricultores e 9.959,90 toneladas (EMATER RIO, 2017), observamos que o Rio de Janeiro apresenta volumes considerados significativos e diversos.

Além disso, dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006 apud MASELLI, 2015) apontaram para a existência de 1.055 estabelecimentos agrícolas na cidade do Rio de Janeiro, sendo que, desses, 790 são oriundos da agricultura familiar, enquanto que dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 apontam para 1.016 estabelecimentos. A leitura desses dados oficiais indica que o município do Rio de Janeiro tem uma produção agrícola relevante, ainda que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio (RIO DE JANEIRO, 2011) declare a cidade como integralmente urbana, não reconhecendo a existência das suas áreas rurais.

Apesar de a maioria da população residir em área urbana, famílias cariocas vivem e também dependem economicamente da produção agrícola. Sendo assim, do ponto de vista normativo, os diferentes grupos sociais da cidade envolvidos na agricultura familiar se tornam invisíveis. Aparentemente essa desconsideração das áreas rurais nas cidades não se deve ao desconhecimento das atividades agrícolas desenvolvidas. Medeiros, Quintans e Zimmermann (2013) destacam a expansão urbana no processo de disputa dos interesses locais relacionados ao uso da terra:

As áreas urbanas crescem e pressionam as áreas rurais [...]. Parece haver um forte movimento de especulação imobiliária que produz disputa sobre a terra: a construção de uma estrada ou avenida ou mesmo pavimentação de alguma via já existente induz a loteamentos.
(MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2013, p. 20)

A população depende quase exclusivamente da compra de alimentos importados ou trazidos de áreas rurais cada vez mais distantes, os quais estão submetidos a variações de preço, o que compromete o poder de compra, a diversidade, a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos. Além disso, a inserção da produção de base familiar nos mercados enfrenta inúmeras dificuldades no que diz respeito à concorrência com corporações transnacionais que se favorecem do fornecimento de insumos agrícolas. Sem dispor de instrumentos jurídicos, normativos, fiscais, tributários e sanitários necessários e, portanto, sem o respaldo do Estado, os empreendimentos de agricultores familiares urbanos ficam restritos quanto ao escoamento de sua produção (PORTO, 2014).

As políticas de desenvolvimento adotadas pelos governos municipais recentes, alinhados com os governos estadual e federal, com destaque para o período compreendido entre 2009 e 2016, priorizaram a implementação de projetos que ficaram conhecidos como

“Mega Eventos” (Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016). A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro investiu em ações de desenvolvimento subordinadas aos interesses das grandes empresas, o que resultou em um modelo de cidade caracterizado por desapropriações e remoções de moradores, construções em áreas consideradas “vazias” e o crescimento da especulação imobiliária, segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (COP-RJ, 2014).

Sobre essas transformações, o historiador social Mario Brum (2013) reúne em um artigo as principais justificativas utilizadas pelas gestões em curso à época para retomar a prática de erradicação das favelas, realizadas com grande força na década de 1960. O artigo cita o relatório de monitoramento das ações da Secretaria Municipal de Habitação, realizado em 2009 pelo Tribunal de Contas do Município, que já destacava as ações previstas nos projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e a adequação às exigências do Plano Olímpico para as Olimpíadas de 2016 como processos fundamentais para retomar a discussão política de remoção como “benefício” para a cidade (TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2009, p. 34, apud BRUM, 2013).

Outra questão relacionada ao constante processo de urbanização é o estímulo ao reconhecimento das áreas enquanto espaços urbanos a fim de maior recolhimento de impostos sobre as propriedades. Afinal, o valor atribuído ao Imposto Territorial Urbano (IPTU) é bem superior ao valor do Imposto Territorial Rural (ITR). Uma das medidas adotadas para minimizar esse problema foi a isenção de tributação urbana para produtores rurais.

Entretanto, vale ressaltar que a revisão do Plano Diretor do município não se faz suficiente, se junto ao reconhecimento de áreas rurais não houver também o reconhecimento dos agricultores urbanos e novas leis que se apliquem e beneficiem essa categoria.

Ainda no contexto de redução drástica da área rural, em decorrência dessa “invisibilidade” social e da denominação política de área urbana, famílias envolvidas com as atividades rurais ficam sem o fomento de benefícios normativos tal como o acesso à DAP, documento necessário atribuído para essa categoria para comprovar sua situação como agricultor familiar. Sem ela fica inviável o acesso a políticas públicas como o próprio Pronaf, ou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O acesso à DAP ainda é uma questão delicada e controversa. Existem casos em que o(a) agricultor(a) se enquadra nos critérios pré-definidos para sua obtenção, mas, por razões diversas, não consegue adquirir o documento; em outros casos, agricultores(as) urbanos(as) que não têm renda de 50% proveniente da própria agricultura, mas que têm a agricultura urbana como forte atividade ocupacional e social, não têm, por lei, direito à DAP. O Rio de Janeiro contabiliza 142²¹ DAPs, sendo que dessa, apenas 52 estão ativas.

Em abril de 2017 foram atualizados alguns dos normativos de acesso à DAP²² através da Portaria n. 234 (BRASIL, 2017a). O objetivo era dar segurança aos agricultores familiares quanto ao processo de sua emissão. A lei da agricultura familiar sofreu duas

²¹ Dado retirado do Extrato DAP para município, disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>>, acesso em 2017.

²² Ver melhor em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/mudancasnaemissao>>, acesso em 2017.

alterações, nelas foi atenuada a questão da obrigatoriedade da residência ou mesmo da renda justamente para abarcar um público mais urbano, mesmo assim não houve reflexo sobre a inserção deste público nas políticas.

Dessa forma, surge a reflexão sobre quais mecanismos seriam necessários para viabilizar esse acesso. Algumas hipóteses seriam modificar os critérios para enquadramento dos agricultores familiares urbanos ou a criação de outro mecanismo de acesso a políticas públicas independente da DAP. Em maio desse mesmo ano, foi instituído, por meio do Decreto n. 9.064, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (BRASIL, 2017b). Será necessário acompanhar a implementação do CAF para averiguar se as questões de acesso a políticas públicas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) serão sanadas.

Existem lacunas de informações objetivas nos dados oficiais que permitam uma análise aprofundada da relevância da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro. A constituição de uma política municipal de AU deve prever a realização de uma leitura clara das informações existentes e a busca por novas informações complementares.

O conhecimento dessas informações é essencial para que se possa intervir no Plano Diretor e contribuir para a elaboração de políticas públicas para a AU no Rio de Janeiro. Dessa forma, podemos concluir que o tema da agricultura urbana no Rio de Janeiro é falho no que diz respeito à assistência de políticas públicas e sociais que atendam à diversidade das possíveis práticas desenvolvidas e ao viés agroecológico. Há uma enorme lacuna entre as experiências de agricultura urbana e a existência de um aparato institucional no âmbito de políticas que promovam e atendam essa modalidade e seus sujeitos. Dentre os exemplos que poderiam ser potencializados com uma política municipal de AU, estão as hortas escolares, o uso de terrenos desocupados (isenção de impostos), a promoção de transformação de resíduos sólidos (compostagem) de maneira descentralizada, entre outros.

Paralelo a isso, percebemos também a indicação de uma forte articulação política de mobilização e de luta social que faz existir e resistir a agricultura na cidade. Só a partir de toda essa interação e difusão do trabalho em rede poderão existir conquistas e, conseqüentemente, avanços sobre o tema no decorrer dos anos. A construção do ALP, articulado a outros arranjos, é prova disso.

CAPÍTULO II - ACESSO A ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO ARRANJO LOCAL DA PENHA E O DEBATE SOBRE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

Neste capítulo a proposta é sistematizar as iniciativas e as estratégias locais de abastecimento de alimentos agroecológicos que resultaram na formação do Arranjo Local da Penha e, a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo, avaliar em que medida as práticas de agricultura urbana articuladas em rede têm contribuído para a reflexão dos sujeitos no debate sobre saúde e alimentação no território. O capítulo trata, especificamente, da pesquisa qualitativa realizada com os sujeitos envolvidos, organizados em três grupos focais.

2.1 Delimitação do Universo de Pesquisa

Inicialmente, para contextualizar o universo de pesquisa, apresento alguns aspectos que inspiraram o trabalho. Por meio do Programa de Agricultura Urbana da ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia – pude conhecer os desafios individuais e coletivos dos agricultores e agricultoras que juntos constroem a história da agricultura familiar no município do Rio de Janeiro. As visitas a campo por meio do Programa me trouxeram a percepção de que, ainda que haja maior ocupação dos espaços protagonizados por mulheres, permanecem as dificuldades no que diz respeito à desigualdade de gênero, em especial aquelas decorrentes da não aceitação da mulher nas atividades na lavoura. Isso se reflete também na juventude, quando da dificuldade dos jovens em reconhecerem sua autonomia e serem aceitos como protagonistas no trabalho do campo.

Esse contato ²³ evidenciou também como os efeitos das políticas de desenvolvimento realizadas pelas gestões públicas impactaram negativamente as áreas agrícolas do município, ocasionando, entre outras consequências, a diminuição progressiva das áreas verdes, o aumento da especulação imobiliária, remoções de moradores e construções em áreas indevidas. Assim, as áreas de cultivo foram se tornando cada vez menores e aqueles que dependiam da produção de alimentos para venda ou consumo próprio acabaram perdendo seus quintais como espaço para o plantio de hortas e pequenas produções de alimentos.

A partir de 2016 venho participando no desenvolvimento do projeto Agricultura Urbana e Arranjos Locais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mais conhecido como “Arranjos Locais (AL)”²⁴. Financiado pela Misereor e desenvolvido pela AS-PTA, a

²³ Na condição de voluntária de 2009 a 2011, como estagiária bolsista no período compreendido entre 2015 e 2017, e depois como assessora técnica de 2017 até os dias atuais.

²⁴ Pelo projeto Arranjos Locais, realizado pela AS-PTA, desenvolvem-se, diretamente no território, atividades múltiplas tais como oficinas, vivências, estudos sobre as demandas da população através do diálogo com os moradores do território e articulações junto a outros movimentos de atuação em rede. O

proposta do projeto surge a partir da compreensão de que as pautas da Rede Carioca de Agricultura Urbana, apesar de necessárias, passam a assumir reivindicações mais amplas, distanciando-se do cotidiano dos(as) agricultores(as) urbanos(as) e das demandas de suas comunidades, como, por exemplo, a participação em órgãos estaduais e nacionais e a construção de políticas públicas para além do município. Buscando suprir essa lacuna, iniciou-se um trabalho de olhar mais “para dentro”, de retomar as ações de base e de mobilizações comunitárias locais.

Com atuação em sete bairros cariocas²⁵, o objetivo do Projeto Arranjos Locais, segundo seus formuladores, é promover a articulação de iniciativas já existentes relacionadas à agricultura urbana agroecológica, fomentando também a criação de novas ações relacionadas ao tema. Para alcançar o objetivo, promove-se o diálogo direto da instituição com os moradores e grupos comunitários (como escolas, incluindo seus gestores, professores, estudantes, pais e funcionários, associação de moradores, institutos/ONGs e entidades locais) para dessa forma se pensar coletivamente as ações de articulação em rede que serão desenvolvidas diretamente no território. Podem ser mencionadas vivências, palestras, mutirões, intercâmbios, oficinas de formação, entre outras.

A escolha desses territórios se deu devido à presença de grupos que já desenvolviam experiências agroecológicas, ilustrados no mapa a seguir (FIGURA 9).

conceito de Arranjo Local, tal como definido pelo Programa de Agricultura Urbana/AS-PTA, refere-se aos espaços de reuniões e encontros entre os diversos atores participantes, que juntos promovem estratégias de ação que impulsionam o debate sobre alimentação, saúde e agroecologia no território.

²⁵ São eles: Penha, Alemão, Colônia Juliano Moreira em Jacarepaguá, Vargem Grande, Campo Grande, Pedra de Guaratiba e Centro.

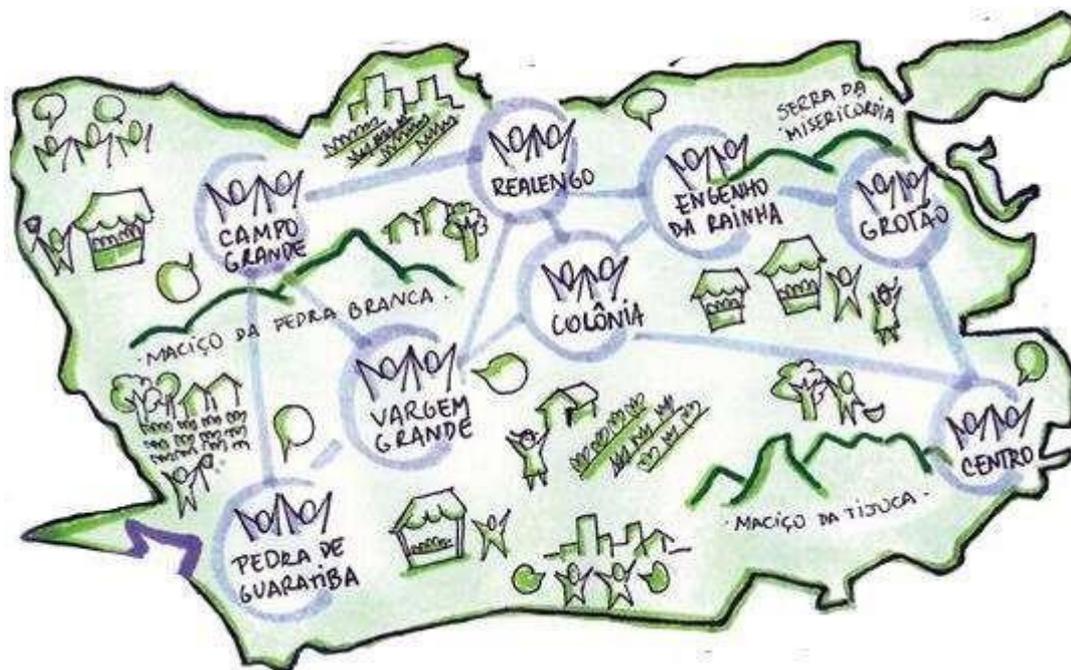


Figura 9 - Facilitação gráfica ilustrando os Arranjos Locais / AS-PTA. Fonte: AS-PTA, elaborado pela artista Raissa Theberge (2015).

Considerando a importância do território para o Projeto Arranjos Locais, este conceito é trabalhado aqui como uma práxis, ou seja, uma categoria da prática e também uma categoria analítica. Dessa forma, a noção de território é compreendida no sentido atribuído por Milton Santos como um “[...] lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7). Compreende-se, portanto, a visão de território enquanto espaço de fortalecimento das relações e de articulação de redes.

Dada essa conjuntura, como primeiro ponto da metodologia do Projeto Arranjos Locais está a participação da assistência técnica e extensão rural (Ater) nas reuniões periódicas com os representantes dos grupos parceiros inseridos nos Arranjos, cujo intuito é conhecer melhor suas demandas, vivências, necessidades e reivindicações.

No modo clássico de fazer Ater, conhecimentos são “transferidos” a partir das universidades e outros centros de pesquisa para os(as) agricultores(as). Convencionalmente compreende-se que agricultores(as) são possuidores(as) de conhecimentos empíricos e que precisam de conhecimentos técnicos para aprimorar seus sistemas agrícolas. E que os centros de pesquisa têm a missão de resolver os problemas do campo e outras questões que os agricultores não conseguiriam resolver.

Por outro lado, a Ater em AU parte do princípio que as agricultoras e os agricultores, ao conviverem cotidianamente com seus sistemas agrícolas, são os que melhor conhecem seus próprios problemas. E, na maior parte dos casos, são eles próprios que criam soluções para resolvê-los. Seja criando eles(as) mesmos(as), seja trocando com outros(as) agricultores(as). Isso traz a ideia também de que agricultores(as) fazem parte de suas comunidades e que não são seres isolados(as), considerando que a resolução para os

Figura 10 - Localização da Serra da Misericórdia com a delimitação do parque urbano (em amarelo) e da Aparu (traço vermelho) e os bairros do entorno Fonte: Guia (2014, p. 141).

Inspirados na organização não governamental (ONG) Verdejar e tendo como referência o mestre Luiz Poeta²⁸, os integrantes do CEM participaram de cursos de formação em agricultura urbana com enfoque agroecológico e, a partir daí, perceberam que poderiam fazer as duas coisas, reflorestar a Serra como já vinham fazendo e também produzir alimentos. Nascia então, em abril de 2012, o cultivo de uma agrofloresta no sopé da Serra da Misericórdia, no Parque Proletário do Grotão²⁹.

O CEM passou a produzir alimentos, condimentos e plantas medicinais, resgatando práticas tradicionais e culturais. Nessa mesma época, conheceram e se integraram à Rede CAU. Sobre esse encontro do CEM com a Rede Cau, Marcelo Silva, um dos coordenadores da primeira organização, comenta:

A gente conheceu a Rede CAU e tudo mudou na nossa vida. Tem cinco anos. Nosso trabalho mudou. Nosso foco era reflorestar a Serra da Misericórdia, depois virou agrofloresta e revimos nosso objetivo. Agora é a produção de alimentos, pensando na SAN. Entramos para o ConseaRio (Marcelo Silva, informação verbal³⁰).

Em julho do mesmo ano, como proposta de programação da Rio +20³¹, a Penha, por meio da articulação do CEM, recebeu 300 jovens de diversos países para uma vivência de trocas de experiências e ganhou um viveiro de mudas. Como resultado desse intercâmbio, o CEM, junto a outros mobilizadores e organizações comunitárias, perceberam que na reunião das cúpulas o território da Penha não tinha sido representado. Sentindo a necessidade de mobilização local para anunciar as vivências e as realidades que aconteciam na comunidade, as diversas organizações locais, moradores e lideranças do bairro se articularam e criaram a rede comunitária “Tamo junto na Penha”.

No início de 2014 essa rede comunitária, o “Tamo junto na Penha”, encontrou a Praça Marechal Maurício Cardoso, um dos locais de ponto de encontro das reuniões, situada entre os bairros de Penha e Olaria, fechada e coberta por tapumes. Descobriram que naquele local, um dos únicos espaços arborizados e de lazer do bairro, começaria uma obra para construção de uma Clínica da Família (CF). Se por um lado o bairro necessitava dessa assistência médica, por outro, seus moradores gostariam de manter os tradicionais encontros de carteados, bate-papos e conversas nas tardes de domingo. Diante disso,

²⁸ Luiz Carlos Matos Marins, fundador da organização comunitária Verdejar Socioambiental. Através do Verdejar, iniciou junto a outros moradores do Engenho da Rainha, no complexo do Alemão, o reflorestamento da Serra da Misericórdia. Disponível em: <<https://www.verdejar.org/historico>>, acesso em 2016.

²⁹ Uma das favelas do Complexo da Penha.

³⁰ Trecho transcrito referente à entrevista com Marcelo Correia da Silva, 44 anos, no ano de 2016.

³¹ Também chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 em diversas partes da cidade do Rio de Janeiro. Tratou-se de um evento de sustentabilidade o qual retomou, após 20 anos, diversos temas que foram explorados durante o evento Eco-92.

moradores e lideranças locais³² se mobilizaram em defesa da praça com o slogan: “Clínica sim, na praça não”.

Para ocupar e favorecer a circulação popular, o coletivo começou a buscar ideias que possibilitassem um evento fixo, urgente e de imediata instalação para o local. E foi durante uma dessas reuniões de mobilização que surgiu a ideia de trazer uma feira³³ para praça. Mas como levar uma feira orgânica pra dentro do subúrbio, bem “do lado de cá da linha do trem³⁴”?

As instituições que participavam do “Tamo junto na Penha”, no viés da educação ambiental, reuniram-se (incluindo o CEM) e criaram o Leopoldina Orgânica, movimento social que, através do contato com a Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio), inaugurou, em maio do mesmo ano, a Feira Orgânica da Leopoldina³⁵ (FIGURA 11), que mais tarde passou a se chamar Feira Orgânica de Olaria³⁶.



³² Moradores que já trabalhavam com educação ambiental e permacultura no bairro.

³³ Os moradores consideravam que caso fosse um empreendimento também da prefeitura, ganharia forças para dialogar sobre a não construção da CF nesse local.

³⁴ A referência sobre a construção da cidade em volta da linha do trem surge em diferentes momentos das entrevistas. Os informantes revelam, a partir dessa fala, uma ideia de hierarquias, de território dividido, de uma cidade que não é acessível a todos(as). O tema é novamente retratado durante o trabalho com a roda de mulheres da Penha.

³⁵ Um ano mais tarde, os coordenadores da feira optaram por mudar o nome, pois os clientes não compreendiam o local. Entendiam Leopoldina como referência ao centro da cidade, não reconhecendo a Leopoldina do subúrbio.

³⁶ Atualmente a Feira Orgânica de Olaria participa do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro sob a gestão da Abio. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4993128>>, acesso em 05 de setembro de 2018.

Figura 11 - Cartaz de Inauguração da Feira Orgânica da Leopoldina. Fonte: Coletivo Leopoldina Orgânica. Artista: Silvio dos Amigos e Protetores da Praça.

Ana Santos ressalta a importância dessa conquista para além da Leopoldina e arredores, pois só a partir dessa experiência em Olaria foi possível, dois anos mais tarde, inaugurar uma feira no bairro do Méier. Nesse processo, foi emblemática a abertura do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas para outros cantos da cidade que não somente a Zona Sul.

No ano seguinte, em 2015, mesmo com produção ainda tímida de alimentos agroecológicos, o CEM alcançou a certificação orgânica – inédita em uma favela – e reivindicou a diminuição do preço dos produtos vendidos na feira, que até então seguiam o valor do mercado, para preços acessíveis à realidade da região: “Você sai de dentro da favela com a verdura pra vender, mas atinge um público que não é o seu vizinho e sim aqueles que vêm de fora, e isso não é autonomia, não é agroecologia” (Ana Santos, informação verbal³⁷).

Nesse contexto, produzida pelo Verdejar Socioambiental, do outro lado da Serra da Misericórdia, no bairro Engenho da Rainha, o CEM conheceu o cultivo da Chaya pelas mãos do Luis Poeta. Conhecida popularmente como espinafre de árvore devido ao seu alto valor nutritivo (embora de modo geral apresente mais concentração de ferro do que o próprio espinafre), a produção da Chaya, um “mato de comer”, começou a crescer também na favela do Grotão (SANTOS; MAIA; BORGES, 2016). E, cada vez mais, Ana e Marcelo colhiam e comercializavam na barraca do CEM na feira de Olaria.

Após um ano de feira e de aproximação com a AS-PTA através da Rede CAU, o CEM chamou o coordenador do programa de AU, Márcio Mendonça, para participar de uma das reuniões mensais do Tamo Junto na Penha, no Parque Ary Barroso, Penha. Na ocasião participaram em torno de 30 pessoas representando movimentos e instituições, entre eles a Escola Municipal Bernardo de Vasconcellos, o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Maria de Lourdes Ferreira e a CF Dr. Felipe Cardoso.

Após a apresentação do projeto em curso, Arranjos Locais, o coletivo Tamo Junto na Penha e a AS-PTA encaminharam duas demandas principais: 1) organizar uma agenda coletiva de ações de AU para o território e 2) construir uma feira no parque. A partir daí, surgiu o Arranjo Local na Penha.

Para Ana Santos, era claro que a mobilização em rede já existia no território, mas compreende que o diferencial surge quando, da articulação local com o projeto, ocorre a proposta de se trabalhar a temática da AU agroecológica: “Eram muitas as demandas locais e com isso o Tamo Junto na Penha vinha perdendo força de atuação, porém a agroecologia perpassa diversos temas e com ela conseguimos unir aquilo que estava fragmentado” (Ana Santos, informação verbal³⁸). A partir daí, começaram as ações de agricultura urbana no território e um novo conceito de trabalho em rede foi se formando.

³⁷ Trecho transcrito referente à entrevista com Ana Santos, em setembro de 2017.

³⁸ Trecho transcrito referente à entrevista com Ana Santos, em setembro de 2017.

2.2 Contextualização do Processo de Construção do Arranjo Local da Penha

Em julho de 2016, o CEM participou, junto a outros grupos e coletivos, do seminário de avaliação³⁹ da campanha Produtos da Gente, da AS-PTA⁴⁰ (FIGURA 12). Na ocasião, o grupo relatou sobre os enfrentamentos diários dos(as) participantes do Arranjo Local da Penha, como a constante invisibilidade frente às políticas urbanas do município, a violência, a ausência do Estado e, no que diz respeito à distribuição dos alimentos agroecológicos, compartilharam as dificuldades encontradas para se ter acesso próximo de suas moradias.

Enfatizaram, portanto, a necessidade da criação de políticas públicas acessíveis à realidade local e sugeriram propostas de ações a serem desenvolvidas no território, incluindo demandas para a feira de Olaria e para a Serra da Misericórdia.



Figura 12 - Ana Santos representando o CEM e a Serra da Misericórdia no Seminário de Avaliação da Campanha PDG na UERJ. Fonte: Acervo AS-PTA.

Refletindo sobre o que foi relatado nos encontros, surgiu meu interesse em aprofundar o conhecimento sobre a região e as condições de acesso dos moradores a alimentos agroecológicos e de que forma essa rede – os integrantes do ALP – se mobilizava

³⁹ O Seminário aconteceu no Instituto de Nutrição (INU) da UERJ e contou com a participação de cerca de 60 pessoas, as quais representavam em torno de 12 grupos, dentre esses, agricultores(as) urbanos(as) agroecológicos(as) e instituições diversas.

⁴⁰ A campanha Produtos da Gente foi idealizada em 2013 pela AS-PTA no âmbito do projeto “Alimentos Saudáveis em Mercados Locais: aproximando consumidores e agricultores familiares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (2013 a 2015) e teve como principal objetivo valorizar as agricultoras e os agricultores familiares e seus produtos, mostrando para a sociedade que existe agricultura agroecológica urbana e alimentação saudável na cidade do Rio de Janeiro.

para organizar o Arranjo Local. A partir disso, de setembro de 2016 a dezembro de 2018, passei a acompanhar o Arranjo, participando de reuniões e facilitando articulações locais como oficinas de formação, mutirões, intercâmbios, debates, rodas de conversa entre outros. Esse percurso será detalhado a seguir.

Considerando as demandas trazidas pela comunidade e com o intuito de facilitar a circulação de alimentos agroecológicos na comunidade, o CEM, junto aos(as) agentes da saúde da CF Dr. Felipe Cardoso, iniciou o projeto “Cartografia Social: promovendo agricultura urbana no Complexo da Penha”⁴¹. O projeto tinha como objetivo realizar um levantamento das iniciativas locais de produção e beneficiamento de alimentos orgânicos para identificar possíveis potencialidades e experiências de plantios domésticos e/ou de pequena escala, como jardins, cultivos de ervas medicinais e quintais produtivos.

Seus(suas) integrantes compreendiam que, a partir da cartografia social, seria possível: 1) a capacitação dos(as) agentes comunitários de saúde enquanto agentes multiplicadores(as) da agricultura urbana de base orgânica; 2) a implantação de horta no espaço da CF Dr. Felipe Cardoso, engajando usuários(as) e profissionais do serviço; e 3) alcançar práticas de cuidado em saúde, assim como a subsistência e a geração de renda local.

A proposta da cartografia social visava primordialmente a interlocução entre as comunidades do Complexo da Penha e o Projeto Arranjos Locais da AS-PTA, estimulando práticas socioambientais através das iniciativas de AU. A partir dessa articulação surgiu a ideia de trabalhar a agricultura urbana na vertente da saúde, pois até então ela só tinha sido abordada no âmbito da alimentação. Dessa forma, o mote da saúde passou a desencadear novas parcerias para o território.

Em 2015, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a incluir em seu programa a prescrição de fitoterápicos e plantas medicinais. A nutricionista do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), da unidade da CF Dr. Felipe Cardoso, e também coordenadora do grupo “Alimentação e saúde”, Cíntia Moura, propuseram como demanda da CF a produção de uma horta medicinal junto aos(as) usuários(as) do grupo “Reviver”⁴², coordenado pela terapeuta ocupacional Patrícia Trapaga, e chamou o ALP para colaborar nessa construção.

Porém, os participantes do Arranjo observam que o local destinado à produção dos canteiros tinha grande risco de contaminantes, além de ser uma área muito sombreada, sem receber a iluminação solar adequada. Para resolução desse problema, Diego Costa, colaborador do CEM e aluno de doutorado da equipe de designers do “Espaços Verdes”⁴⁴ da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) da UERJ, se disponibilizou a construir, junto a sua turma de estudantes, uma tecnologia social que contribuísse para criação de estufas para o plantio de mudas (alimentícias, hortaliças, frutíferas e ervas medicinais), livres de agrotóxico, para serem produzidas no próprio território, sem o risco de contaminação do solo. E, junto ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), iniciaram uma parceria com a missão do fortalecimento da agricultura

⁴¹ Conteúdo disponível no acervo da organização comunitária CEM.

⁴² Grupo destinado a usuários(as) que possuem fragilidade psíquica e um empobrecimento da rede de apoio psicossocial. É um espaço compartilhado de conversa, atividades expressivas, culturais e de lazer. ⁴⁴ Grupo de trabalho que surgiu com a intenção de ocupar e repensar espaços ociosos da Escola a partir do olhar da sustentabilidade, utilizando o design como ferramenta de transformação.

urbana, incentivando a soberania alimentar, a geração de renda, o cooperativismo e as trocas dentro da favela.

Como a tecnologia visava a produção de viveiro de mudas para a CF e também para a comunidade, foi realizada uma visita guiada na Penha para que os estudantes entendessem a dinâmica dos espaços de atuação do Arranjo e ouvissem dos parceiros seus interesses e demandas. A visita começou pela Arena Carioca Dicró, passando pelo Parque Ary Barroso, a EDI, a Escola Municipal Bernardo de Vasconcellos e finalizando na sede do CEM⁴³. Todas essas organizações citadas são participantes do ALP e representam espaços de referências para moradores(as) da comunidade. Além disso, como já citado, faziam parte do antigo coletivo Tamo Junto na Penha.

Durante as visitas, os alunos realizavam perguntas que tinham como objetivos: 1) apresentar exemplos das atividades que poderiam ser desenvolvidas; 2) verificar se havia, por parte do parceiro, o interesse de receber viveiros e mudas; 3) saber quem seriam os responsáveis locais; 4) conhecer onde a ação poderia ocorrer no local e; 5) o que os parceiros esperavam dessa atuação dos estudantes.

Para construção dos viveiros foi realizado um curso com a participação de moradores(as) e representantes das organizações atuantes no ALP, que teve como proposta estimular em seus participantes a sensibilização do tema de AU e a aprendizagem de técnicas para que, através de uma intervenção pedagógica, fosse possível o diálogo com os(as) moradores(as) sobre alimentação saudável, a partir da produção de mudas. Chamado de “Workshop Sementes Urbanas”, o curso foi dividido ao longo de dois meses em quatro etapas. No final do curso foram apresentados os resultados à comunidade (FIGURA 13).



⁴³ Vale ressaltar que na ocasião não foi possível visitar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) por conta de um tiroteiro que se iniciou no território.

Figura 13 - Material de divulgação da apresentação dos resultados do Workshop Sementes Urbanas. Fonte: ESDI.

Em 2017, a nutricionista da unidade da CF, Cíntia Moura, constatou, durante sua atuação enquanto integrante da equipe do NASF e em ações de acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família, um elevado número de casos de sobrepeso e obesidade, como também o diagnóstico de doenças relacionadas à alimentação (MOURA, 2016).

Diante disso, a coordenação do NASF, junto aos(às) agentes de saúde da CF, buscaram aproximação com o CEM, em especial para a doação de alimentos agroecológicos que eram produzidos no território por eles e comercializados no bairro vizinho, na Feira Orgânica de Olaria. Esses alimentos seriam destinados aos pacientes diagnosticados principalmente com doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e desnutrição. A experiência aconteceu inicialmente como apoio a um usuário da CF, o qual morava sozinho e não tinha renda fixa, durante o período de um mês aproximadamente.

Convictos de que a ação não deveria ter caráter assistencialista, privilegiando apenas um pequeno grupo da comunidade, os integrantes do CEM idealizaram uma proposta de abastecimento de alimentos saudáveis a preços acessíveis. Nascia assim a ideia de fornecer à favela verduras, hortaliças, frutas e legumes frescos agroecológicos, com valor simbólico de R\$0,50 (cinquenta centavos de real) cada molho⁴⁴, alcançando não somente os pacientes da CF, como também outros moradores da região. Vale ressaltar que o mesmo alimento comercializado na Feira Orgânica de Olaria custava aproximadamente R\$ 3,00 (três reais), conforme consulta realizada no dia 02 de novembro de 2017 na própria feira.

A ação ocorre da seguinte forma: os produtos não comercializados durante a feira – chamados de “xepa” pelos feirantes (FIGURAS 14, 15 e 16) – são doados por cada uma das barracas e retornam para a Penha, onde são comercializados (e até mesmo doados) para as famílias. Essa iniciativa se tornou uma prática integrante do grupo, a qual possibilita o acesso aos alimentos frescos de uma camada da sociedade mais vulnerável economicamente, com baixo poder aquisitivo, a qual não teria acesso a alimentos agroecológicos se não fosse essa iniciativa.

⁴⁴ Ramos pequenos de hortaliças, temperos e/ou verduras.



Figuras 14, 15 e 16 - Xepa da Feira. Alimentos não comercializados doados para o CEM. Fonte: Fotografia Daniela Monteiro.

Porém, após quase sete anos de atividades, em novembro de 2017, o CEM perdeu seu espaço físico colaborativo⁴⁵, conforme salientado por Marcelo Silva, coordenador da organização: “Hoje perdemos o prédio. O grupo da igreja assinou um comodato com o proprietário das terras, conseguiram a outra parte das terras. O Mario, presidente na época. Questões contratuais com o espaço” (Marcelo Silva, informação verbal⁴⁸).

E Ana Santos complementou:

Com a ausência de uma base fica complicado avaliar, posso citar as faltas, como: acaba a produção de alimentos agroecológicos na favela, acaba o único espaço gratuito de circulação de crianças e jovens, deixamos de ser um espaço de produção coletivo, acaba os intercâmbios internacionais. Essas são ausências faladas e sentidas. Nossos desafios são manter a bola

⁴⁵ Os integrantes do CEM utilizavam como sede (e também residiam) em uma casa com contrato de usufruto feito para o período de 40 anos e desenvolviam no local projetos culturais, esportivos, educacionais e ambientais (ver <<http://grupo-cem.tumblr.com/>>, acesso em 21 de nov. 2018). ⁴⁸ Trecho transcrito referente à conversa com Marcelo Silva, em dezembro de 2017.

em campo, sem um campo. Fazer circular a agroecologia com diferentes linguagens. Voltar a produzir alimentos na favela. (Ana Santos, informação verbal⁴⁶)

A saída do CEM de sua sede no Grotão se deu devido a uma trama de acontecimentos que envolveu, entre outras coisas, a disputa por terra – com o CEM defendendo seu direito de usar o terreno conforme contrato –; a pressão por espaço para construção de moradias e os interesses do narcotráfico presente na região.

A partir disso, Ana e Marcelo se mudaram para o sítio de um agricultor e grande amigo, Francisco Caldera, em Vargem Grande, conforme destaca a coordenadora do CEM e uma das idealizadoras do projeto:

Hoje somos o Centro de Integração da Serra da Misericórdia. Mudamos também a metodologia de atuação. Antes, estávamos numa sede agroecológica, um espaço vivo, dinâmico, educativo, de produção e criação, mas que foi vendido pela Pedreira Nossa Sra. da Penha para comerciantes locais, logo, a agrofloresta e espaço comunitário e gratuito que existia no Grotão para comunidade acabou. Hoje, nossa luta continua viva em cada cantinho da favela, e também em Vargem Grande; assim o maciço misericordioso dialoga também com o maciço do Parque Estadual da Pedra Branca. E, a partir do Arranjo local da Penha, projeto que iniciamos junto à AS-PTA e parceiros diversos como Espaços Verdes ESDI, Cariru - Agricultura Urbana e diversos profissionais, conseguimos nos fortalecer e manter vivo o trabalho de agricultura urbana na favela, hoje permite ir muito mais além colocando em prática com a ideia de pensar coletivamente estratégias e desenvolver ações diversas, o que requer diálogo e percepção de demandas locais” (Ana Santos, informação verbal)⁴⁷

Dessa forma, passaram a atuar mais fortemente de forma descentralizada por meio do ALP, configurando-se como uma rede com muitos atores envolvidos. Outro ponto crucial para permanência do CEM foi a Feira de Olaria e o papel de protagonismo que eles assumiram, desde o processo de construção até a coordenação e gestão política nesse espaço de mercado.

2.3 Arranjo Local da Penha, Processo em Construção

⁴⁶ Trecho transcrito referente à conversa com Ana Santos, em dezembro de 2017.

⁴⁷ Trecho transcrito referente à entrevista realizada com Ana Santos na feira de Olaria, em 04 de novembro de 2017. A entrevista foi publicada na página do CEM no Facebook no dia 21 de maio de 2018. Disponível em: <https://m.facebook.com/CEMIntegracaoNaSerra/photos/a.171082103037947/1436015366544608/?type=3>, acesso em 2018.

Todas as iniciativas, mobilizações e parcerias acima relatadas permitiram o processo de construção do ALP até os dias de hoje. As atividades começaram a crescer e a experiência foi se firmando, mas permanece em constante processo de construção.

Porém, desde o início eram grandes os seus desafios. Para lidar com a complexidade da mobilização em rede, os atores envolvidos no ALP (sendo eles: agentes de saúde e equipe da NASF da CF Dr. Felipe Cardoso, os integrantes e voluntários(a) do CEM, a AS-PTA e os moradores do bairro) estruturaram um sistema de comunicação popular no território. Para a comunicação interna para o planejamento das ações dos Núcleos, seus(suas) integrantes mantêm contato on-line por meio do aplicativo de conversa para celular – WhatsApp –, possuem um endereço único de e-mail por onde trocam documentos (como fotos, registros das atividades, escritas e propostas de projetos) e encontram-se presencialmente, no mínimo uma vez por mês, nas chamadas reuniões de *Planejamento Arranjo Penha* (FIGURA 17) para fazer os repasses das atividades desenvolvidas, apontar os desafios enfrentados e articular novas ações. Para fazer a divulgação das atividades ao público, eles mantêm um site e uma página na rede social Facebook⁴⁸.



Figura 17 - Reunião de planejamento do Arranjo Local da Penha. Fonte: Acervo pessoal.

As atividades do Arranjo estão ancoradas em um conjunto de objetivos que dizem respeito à promoção de: 1) produção agrícola em espaços da favela; 2) alimentação adequada e saudável para moradoras e moradores da comunidade; 3) geração e/ou

⁴⁸ Disponível em <<https://www.facebook.com/arranjopenha/>>, acesso em 12 dez. 2018.

incremento de renda a partir de atividades agrícolas e afins (como artesanatos e processados); 4) fortalecimento e/ou criação de espaços de venda de alimentos agroecológicos a preços acessíveis à realidade local para facilitar o abastecimento; 5) garantia da autonomia de produção e consumo; 6) envolvimento e protagonismo das mulheres assim como da juventude no desenvolvimento das atividades.

Conhecedores da vulnerabilidade da oferta de alimentos agroecológicos na comunidade, os integrantes do ALP vêm desenvolvendo ações voltadas à agricultura urbana, incentivando a produção local de alimentos dessa categoria e atuando no campo do abastecimento no território.

Suas atividades são realizadas em cinco diferentes espaços físicos de instituições presentes no território, as quais são chamadas por seus integrantes de *Núcleos de Atuação* (FIGURA 18). São eles: 1) EDI Maria de Lourdes Ferreira, 2) CF Dr. Felipe Cardoso, 3) Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos, 4) Parque Ary Barroso junto à Arena Dicró, 5) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Carlos Drummond de Andrade. No plano político-institucional, o ALP promove parcerias com outras organizações, universidades e redes como a Rede Cau e a AARJ.

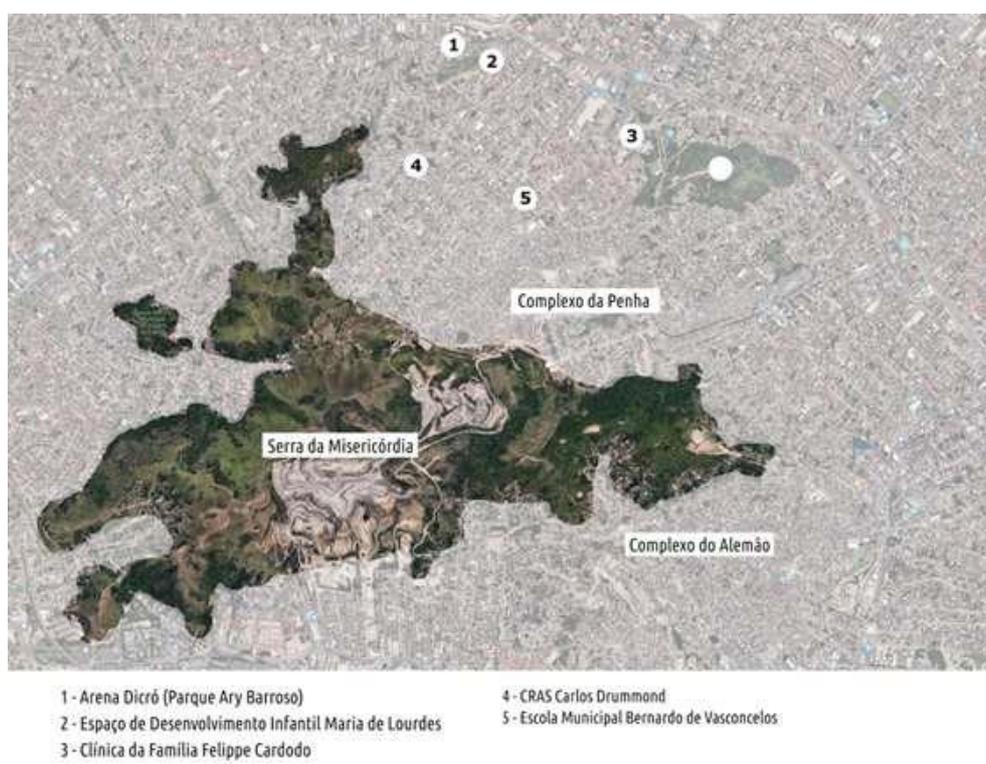


Figura 18 - Localização dos Núcleos de atuação do ALP no bairro da Penha. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha.

No dia 8 de fevereiro de 2018, na primeira reunião de planejamento do ALP daquele ano, foi pactuado, no âmbito da divisão de trabalho em rede, que cada integrante ficaria responsável em acompanhar um ou mais núcleos de atuação⁴⁹. Cada mobilizador(a) se

⁴⁹ Por conta do meu objeto de pesquisa, ofereci-me para moderar a roda das mulheres na CF, pois assim estaria mais próxima das moradoras do bairro e dos agentes de saúde da NASF.

voluntariou como mediador(a) das ações do Arranjo no território por meio das instituições parceiras nos núcleos de atuação. O quadro a seguir sistematiza o resultado desse encontro, enquanto as imagens ilustram as diferentes ações desenvolvidas pelos mobilizadores do Arranjo nos núcleos de atuação (FIGURAS 19, 20, 21 e 22).

Quadro 1. Plano de atividades desenvolvidas pelo Arranjo Local da Penha nos núcleos de atuação.

| Ações do Arranjo Local da Penha 2018 | | | |
|---|---|--------------------------------|--|
| Núcleos de atuação (instituições parceiras) | Ações | Frequência | Público |
| Escola Municipal (EM) Bernardo de Vasconcelos | Produção de horta, oficina de alimentação saudável. | Terças de manhã (semanal) | Alunos do 6º ano |
| Clínica da Família (CF) Dr. Felipe Cardoso | Roda de bate papo sobre alimentação saudável, oficinas de formação, reuniões nas casas das usuárias, ativação dos quintais produtivos na Penha. | Quintas à tarde (quinzenal) | Mulheres moradoras da região e usuárias da CF |
| EDI Maria de Lourdes Ferreira | Compostagem no local e no entorno da comunidade, separação do lixo, ativação da horta (iniciada (mensal) pelo CEM), inserção dos viveiros e plantio de mudas. | Sextas de manhã | Merendeiras da creche. |
| Parque Ary Barroso junto a Arena Dicro e o CRAS Carlos Drumond de Andrade | Oficinas de sabão, autocuidado, pomada milagrosa. | Sextas de manhã (mensal) | Funcionários da Arena, EM Brant Horta, grupo de mulheres do CRAS Joao Fassarella, visitantes em geral. |



Figuras 19, 20, 21 e 22 - Ações do Arranjo Local da Penha. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha.

Nessa atuação em rede, após diversas reuniões de discussão sobre o que de fato significava o Arranjo, seus(suas) participantes apresentaram⁵⁰ que a definição de “Arranjo Local” ainda estava em construção, mas que compreendiam e se reconheciam como:

Um espaço de encontros e reuniões entre os diversos atores participantes que juntos desenvolvem ações múltiplas de agricultura urbana como oficinas, vivências, palestras, mutirões, formação de multiplicadores e intercâmbios, impulsionando o debate sobre alimentação, saúde e agroecologia e a promoção das culturas tradicionais locais. (informação verbal⁵¹)

⁵⁰ A definição do significado de Arranjo foi construída em um processo coletivo envolvendo reuniões semanais e debates entre os sujeitos envolvidos.

⁵¹ Informação concedida na apresentação realizada pelo grupo à AS-PTA durante apresentação do ALP no dia 10 de setembro de 2018.

Dessa forma, conforme já destacado na metodologia do trabalho, para compreender a percepção dos participantes do ALP quanto ao acesso a alimentos agroecológicos no território de atuação da rede, acompanhamos três grupos envolvidos no ALP. Esses três grupos foram assim selecionados com a intenção de captar a heterogeneidade das diferentes óticas envolvidas no projeto e, a seguir, cada um deles será melhor descrito.

2.4 Descrição dos Grupos de Estudo

a) Grupo 1 – Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM) – Informantes-chave

Chamou-se de informantes-chave os integrantes do CEM. Esse grupo é assim classificado por já estar familiarizado com temas relacionados à alimentação, à saúde e à agroecologia e também por demonstrar preocupação quanto aos cuidados com o ambiente e com o acesso a uma alimentação saudável agroecológica. Com uma proposta de articulação em rede, desenvolvem, por meio da AU, a promoção de atividades socioambientais visando facilitar a circulação de alimentos agroecológicos na comunidade em que atuam.

O Grupo 1 é formado por dois integrantes e cerca de sete colaboradores que desempenham o papel de planejar e também mediar as ações no território. Para trabalhar com esse grupo foram agendados encontros, sendo as entrevistas gravadas e posteriormente transcritas. Apesar de, na maioria dos casos, ambos os coordenadores do CEM, Ana Santos e Marcelo Silva, estarem presentes (FIGURA 23), foram também realizadas entrevistas individuais. Quanto à rede de colaboradores(a), constituída, em sua maioria, por pesquisadores(as) em formação, realizei conversas informais durante os encontros de planejamento do Arranjo e utilizei também as relatorias de reuniões como fonte de informação. Todas as respostas, frases e observações consideradas relevantes foram anotadas em caderno de campo e complementadas, quando necessário, posteriormente por telefone e conversas informais.



Figura 23 - Entrevista feita com Ana Santos e Marcelo Silva. Fonte: Acervo pessoal (2017).

Como já mencionado, em julho de 2016 o CEM compartilhou com a AS-PTA o diagnóstico de um problema: a falta de acesso a alimentos agroecológicos pelos(as) moradores(as) no bairro da Penha. Nesse caso, com a problemática definida por eles(as), foram realizadas algumas técnicas de observação participante para acompanhar os(as) integrantes do CEM. Desse modo, de novembro de 2016 a novembro de 2017, esse acompanhamento se deu majoritariamente no espaço físico da organização comunitária, localizado no Grotão, enquanto no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, o acompanhamento foi feito por meio dos encontros e reuniões internas de planejamento do grupo e também da participação em atividades desenvolvidas pelos seus(suas) integrantes em diferentes locais do bairro. Sendo assim, a coleta de dados ocorreu em todos os espaços de convivência com o grupo e em oportunidades de conversas informais durante as quais o tema poderia ser debatido.

Quando se trata do trabalho com alimentação agroecológica, o CEM mobiliza ações mensais em diferentes espaços da Penha, como oficinas de culinária e de agricultura urbana. Sobre a produção agrícola, cultivam diferentes espécies de Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCS), em especial a já mencionada chaya, além de hortaliças, aipim e jaca. Tudo que é produzido é destinado ao consumo próprio e à comercialização em mercados de proximidade, vendendo atualmente para as feiras: 1) Feira Orgânica de Olaria; 2) Feira Agroecológica na UERJ; 3) Feira da Roça, Agroecologia e Cultura (FRAC) e para o grupo de consumidores da Rede Ecológica⁵².

⁵² Movimento social constituído de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos e/ou orgânicos e que visa fomentar o consumo ecológico. Mais informações em: <<http://redeecologicario.org/>>, acesso em 2017.

As atividades do grupo estão ancoradas em um conjunto de reivindicações que dizem respeito ao acesso a mercados para escoamento da produção, ao fortalecimento e/ou a criação de mercados de proximidade e ao acesso a políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, como a elaboração da DAP e o acesso a mercados institucionais, através do PNAE⁵³.

No plano político-institucional, o CEM participa do Conselho de Segurança Alimentar do Município do Rio de Janeiro (Consea-Rio), do Conselho de Desenvolvimento Agrário, da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana da cidade do Rio de Janeiro, do Fórum Permanente de Agricultura Urbana, da AARJ e integra a Rede CAU. A partir do trabalho de educação popular foi possível envolver a juventude local, integrando escolas e espaços públicos da saúde. A atuação em rede no território possibilitou a ampliação do trabalho, num formato de teia dentro do território, sendo o ALP um sistema participativo, interativo e que tem como eixo principal a soberania alimentar e agricultura urbana.

O CEM é um espaço de troca de conhecimentos, de afetos, de fortalecimento comunitário, educação popular e agroecologia aberto à toda a comunidade. Juntando parcerias e tecendo nossas redes vamos construindo nosso sonho de ver a soberania alimentar na favela ao produzir nossos próprios alimentos! (Ana Santos, informação verbal⁵⁷)

A partir de metodologias participativas, a equipe do CEM pôde estar presente na criação desses espaços de comercialização, participando inclusive da manutenção e coordenação da feira orgânica de Olaria. Dentro dos espaços de mercado, passaram a circular e se tornar conhecidos. Dessa forma, fortaleceram as relações de afeto, cultivaram as trocas de saberes, estimulando o consumo dos alimentos locais agroecológicos.

Durante as entrevistas, Marcelo Silva trouxe vividamente o apego sentimental que tem pela Penha, dos amigos que fez e do orgulho que sente em trabalhar na favela e como esse conjunto de elementos construiu a visão política que hoje tem do mundo. Inclusive ressalta que chegou a achar que iriam perder a identidade:

Poderíamos somente mudar para Vargem Grande e começar do zero.

Mas nos agarramos ao Arranjo, pois o interesse maior era seguir atuando na Penha, com aquelas pessoas [...]. Agora tudo é Arranjo, não é mais CEM. Mas a rede que se formou foi tão forte que manteve o CEM ativo mesmo sem o espaço físico e apresentou alternativas reais de produção de comida dentro da favela. Antes tínhamos um viveiro, hoje temos a possibilidade de viveiros em cada canto na favela. (Marcelo Silva, informação verbal⁵⁴)

⁵³ Mantendo contratos dos agricultores do Rio de Janeiro com escolas estaduais para fornecimento de alimentos, entre outras políticas, proporcionando melhores condições para assegurar uma alimentação adequada e saudável e o incremento de renda das populações envolvidas na agricultura. ⁵⁷ Trecho transcrito referente à entrevista com Ana Santos, em 2017.

⁵⁴ Trecho transcrito referente à entrevista com Marcelo Correia da Silva, 44 anos, no ano de 2018.

Ana complementou: “O Arranjo possibilitou o burburinho, a fofoca da AU na favela, aumentou nossa parceria aqui dentro e fora”.

Com o intuito de compreender a percepção do CEM e seus(suas) colaboradores(as) quanto ao seu papel na construção do Arranjo, Camille Moraes, estudante de doutorado da ESDI e colaboradora do ALP elaborou uma dinâmica chamada de “Construindo nossa identidade”. Com duas perguntas, “Qual é o seu papel no Arranjo?” e “O que significa o Arranjo para você?”, foi solicitado que cada um dos integrantes sintetizasse a resposta em uma única palavra para cada pergunta. Dentre as respostas, ressaltamos algumas no quadro a seguir (QUADRO 2). Essa dinâmica teve como objetivo compreender o significado do trabalho em rede realizado por meio do Projeto ALP para cada um dos participantes. Após as respostas, colocamos as palavras montadas como um quebra-cabeça, que se encaixavam, ilustrando o trabalho em rede (FIGURA 24).

Como resultado, foi possível perceber que, em todas as respostas dos participantes, nenhuma palavra se repetiu, mas que, ao mesmo tempo, elas se complementavam. Os(as) participantes relataram que, a partir dessa dinâmica, o entendimento sobre o Arranjo se tornou mais real, como se antes ficasse só no campo das ideias, e que agora poderiam compreender a percepção dos outros quanto ao seu próprio papel ali e o que levava cada um deles a manter suas atividades em conjunto. Foi possível provocar, portanto, a reflexão sobre seus entendimentos do que é o “Arranjo”, ou seja, como é feita essa organização em rede, como é organizado o trabalho em grupo e como eles(elas) compreendem o papel de organizações parceiras nessa atuação (nesse caso específico, da AS-PTA).

Quadro 2 - Construindo nossa identidade

| Qual seu papel no Arranjo? | O que é o Arranjo para você? |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Narrativas | Futuro |
| Cultura | Integração |
| Visibilidade | Parceria |
| Saúde | Transformação |
| Mediação | Cooperação |
| Troca | Autonomia |

Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha



Figura 24 - Painel de resultado da dinâmica “Construindo nossa identidade” pela doutoranda Camille Moraes. Fonte: Acervo Arranjo Local da Penha.

b) Grupo 2 - Agentes de saúde da Clínica da Família

O município do Rio de Janeiro é dividido em 10 áreas programáticas ilustradas no mapa a seguir (FIGURA 25). A CF Dr. Felipe Cardoso está localizada na área programática 3.1⁵⁵, mais precisamente no bairro da Penha (COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE, 2011).

⁵⁵ Formada pelos seguintes bairros: Bonsucesso, Brás de Pina, Complexo do Alemão, Cordovil, Ilha do Governador, Jardim América, Mangueiras, Maré, Olaria, Parada de Lucas, Penha Circular, Penha, Ramos e Vigário Geral (COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE, 2011).

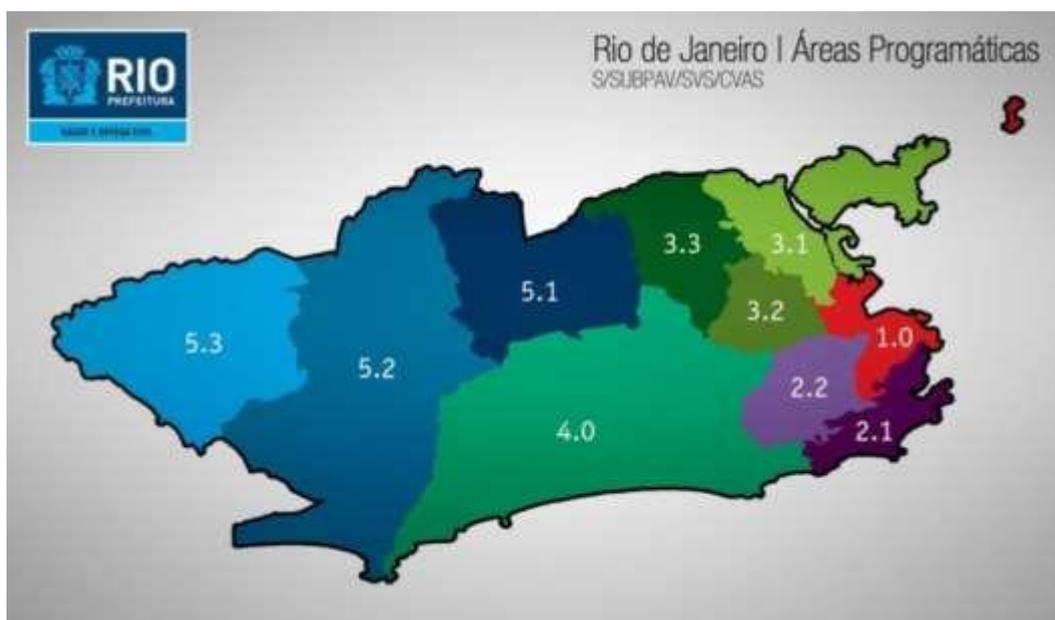


Figura 25 - Mapa das áreas pragmáticas do Rio de Janeiro. Fonte: Coordenação de Vigilância Ambiental e Saúde.

A unidade da Penha possui 15 equipes de saúde da família, atendendo em torno de 3.000 a 4.500 pessoas por equipe (dados de março de 2016). A nutricionista responsável pela unidade da CF descreve, em entrevista concedida, a dificuldade de delimitar em palavras a área de cobertura da Clínica, mas que os(as) agentes de saúde dessa Unidade compreendem como área de atuação os seguintes locais:

O bairro da Penha - mas só do lado da linha do trem onde tem o BRT e o Parque Shangay - e parte do Complexo da Penha. Das comunidades do Complexo da Penha, quatro delas são localizadas na área de abrangência da unidade de saúde são elas: Morro do Caracol, Parque Proletário da Penha, Parque Proletário do Grotão e Vila Cruzeiro. Estão instaladas no território duas UPP [Unidade de Polícia Pacificadora], são elas: Parque Proletário e Vila Cruzeiro. Existem 15 estabelecimentos de ensino: um CIEP [Centro Integrado de Ensino Profissionalizante], uma escola estadual, três creches municipais, duas creches comunitárias em parceria com o município, um EDI [Espaço de Desenvolvimento Infantil], seis escolas municipais e uma escola particular. Em relação às associações de moradores, existem sete na área de abrangência. A Clínica da Família possui 15 equipes de Saúde da Família, sendo responsáveis pela cobertura de saúde de 49075 (abril/2018) pessoas cadastradas, organizadas em 24890 famílias (Cíntia Moura, informação verbal⁵⁶).

⁵⁶ Trecho transcrito referente à entrevista com Cíntia Moura, no ano de 2018.

As profissionais da CF atuam junto às famílias por meio de visitas a domicílio e também no recebimento dos(as) usuários(as) nos grupos⁵⁷. Dessa forma, esse grupo foi escolhido por já ter contato com os(as) moradores e com o bairro, pois andam e circulam de casa em casa, e têm acesso e diálogo com os(as) moradoras.

Dos(das) agentes entrevistados(as) todos(as) já trabalhavam há mais de três anos na unidade, sendo pertencentes ao NASF ou como agentes comunitários de saúde (ACS). Os(as) integrantes do NASF são profissionais que têm uma formação especializada na área de saúde, sendo em sua maioria fisioterapeutas, nutricionistas, educadores(as) físicos e psicólogos(as). Formam uma equipe organizada pelos(as) gestores de acordo com a demanda do território, apoiando as equipes de saúde da família na condução de casos mais complicados. Em geral não são moradores(as) da localidade e atuam como apoio para diversas equipes.

Já os(as) ACS precisam necessariamente ser residentes da localidade onde trabalham, pois necessitam conhecer melhor a área, seus(suas) moradores(as) e criar um vínculo com a população. Atuam somente em uma equipe de saúde da família (normalmente cada equipe tem cinco ACS, sendo responsável por uma microárea da comunidade). Eles(as) não necessitam ter formação na área da saúde, mas precisam ter concluído o ensino médio e normalmente é considerado o elo entre a equipe e a comunidade. Mas, para a coordenadora do grupo, são mais que isso, pois por conhecerem a localidade, percebem mais do que a equipe o que está acontecendo no território.

Questionados(as) sobre os locais de venda de alimentos (em geral, não importando a categoria) perto das residências dos(as) moradores(as) na área de atuação da CF, os(as) agentes responderam que existem, mas que devido à extensa área de abrangência da CF, e conseqüentemente a necessidade de percorrer grandes distâncias, observam que, ao chegarem em regiões mais isoladas, o comércio de alimentos se restringe. “Só se encontra por perto pequenas vendas com bebidas açucaradas (refrigerantes), bebidas alcoólicas e alimentos que podem ser armazenados que fazem parte da cesta básica (tipo arroz, feijão, açúcar, óleo)”, disse uma das entrevistadas, enquanto que outro agente completou: “Você encontra alimentos industrializados (aqueles biscoitos, refrigerantes, enlatados e embutidos), lanches (os salgados e refrescos) e alguns alimentos frescos (tipo verduras, legumes e frutas)”.

Perguntados(as) sobre o que, para eles(as), quer dizer alimento saudável, todos(as) em suas respostas se referiram a alimentos *in natura* ou minimamente processados: “uma alimentação variada, com base em alimentos *in natura*, as frutas, legumes e verduras e minimamente processados (tipo arroz, feijão, leite, queijo). São também aqueles feitos preferencialmente em casa, com temperos naturais e ingredientes culinários em pequenas quantidades como óleo, sal e açúcar” (Fala extraída da entrevista realizada com os Agentes comunitários da Saúde da CF).

⁵⁷ Atualmente são quatro grupos: 1) Reviver, que ocorre quinzenalmente e realiza conversas e atividades terapêuticas; 2) Dores Crônicas, com sessões de terapia em grupo, compostas por diferentes etapas que englobam atividades físicas de baixo impacto para fortalecimento e alongamento muscular, ocorrendo semanalmente; 3) Alimentação e Saúde, com discussões gerais sobre a alimentação saudável; e 4) Despertar, onde ocorrem treinamentos funcionais com o objetivo de ampliar a capacidade física e melhorar a condição de saúde dos usuários.

Apesar de serem profissionais da saúde na área da nutrição, não consideraram apenas o valor nutricional como fator relevante para definição de uma alimentação saudável, deixando claro o posicionamento quanto à prevalência da importância de valorizar alimentos mais caseiros, frescos e variados que os ultraprocessados. Perguntados(as) se os(as) pacientes da CF têm acesso a esses alimentos saudáveis descritos anteriormente no bairro da Penha, todos(as) disseram que sim. Quando questionados (as) sobre o que para eles(as) quer dizer alimento agroecológico, os descreveram como:

Alimentos que seguem as condições lógicas dos fatores naturais do ecossistema da região em que é cultivado, sendo produzidos sem agrotóxicos e que durante a produção existe uma preocupação com o meio ambiente, com a saúde dos funcionários/produtores e da comunidade como um todo (ACS da CF, 2018).

Perguntados(as) se os(as) pacientes da CF têm acesso a alimentos agroecológicos no bairro da Penha, todos(as) disseram que não:

Os usuários da Clínica não possuem acesso a alimentos agroecológicos, existem feiras na localidade. Mas são alimentos produzidos de forma tradicional. O acesso por parte do NASF, em minha opinião, se daria com mais êxito apresentando aos usuários este tema em palestras dentro do território com amostras destes alimentos e orientações de como cultivá-los em seu quintal ou horta e quais benefícios o agricultor/consumidor estaria recebendo ao iniciar este cultivo. Acredito que não sejam encontrados estes alimentos na região da CF Dr. Felipe Cardoso. (ACS da CF, 2018)

Durante os contatos iniciais com o território da Penha no âmbito dessa pesquisa, foi observada, em um primeiro momento durante as visitas feitas em 2016, que os estabelecimentos de venda e espaços físicos de comércio, de fato, não apresentavam oferta de alimentos frescos e *in natura*, trazendo a sensação de estar realmente dentro de um “Deserto Alimentar”, como já descrito anteriormente (DURAN, 2013). Entretanto, a partir do acompanhamento dos(as) agentes de saúde do NASF, percorrendo seus caminhos nas comunidades por ruas e vielas no atendimento aos moradores, foi possível perceber outro tipo de abastecimento desses alimentos que não os espaços fixos. Em uma lógica itinerante, de acordo com o horário e o dia da semana, surgiam feiras livres fechando ruas, camelôs e barracas nas calçadas, kombis e ônibus com feiras completas em seu interior. Foi possível perceber uma dinâmica própria, de caráter fluido, deixando claro que só quem frequentava a rotina diária do lugar podia compreender suas tramas.

Nessa dinâmica própria local, foram identificadas pelos(as) moradores(as) que conversamos um total de três feiras livres com vendas de verduras, legumes e frutas. Referente aos comércios fixos locais que ofereciam desse gênero alimentício, os sacolões, os donos dos estabelecimentos explicaram que o abastecimento é todo feito através de compras na Central Estadual de Abastecimento S/A (Ceasa) e que, por conta da dificuldade de circulação nas ruas das favelas, os comerciantes se articulavam entre si e pagavam o mesmo transporte (e único atravessador no sentido Ceasa x Penha) para trazer as encomendas, que no geral, eram as mesmas para todos os estabelecimentos. Em conversa

também com os barraqueiros e ambulantes, quando perguntados sobre a origem daqueles alimentos (mesmo que em comércio itinerante), estes confirmavam sua origem da Ceasa.

Dois anos depois, durante o acompanhamento do CEM na subida ao Grotão, sábado à tarde, pós-feira de Olaria, em conversa com as moradoras enquanto faziam a “xepa na favela”, elas disseram observar mudanças no bairro. Afirmaram que depois que essa iniciativa da “xepa na favela” se formou, as lojas fixas passaram a abastecer suas prateleiras com mais alimentos frescos com medo da “concorrência”, enquanto as barracas itinerantes e camelôs passaram a assumir que, em sua maioria, muito daquilo que vendiam era produção colhida do próprio quintal e não da Ceasa, como diziam anteriormente. Informaram que os barraqueiros não diziam antes pois os produtos que vinham do Ceasa costumavam ser mais valorizados pelos moradores se comparados à produção local e, dessa forma, podiam ser vendidos a preços mais altos.

Ainda sobre o levantamento dos locais de oferta de produtos, outra moradora falou:

O pouco de abastecimento que tem, melhora! A partir da concorrência de venda de produtos frescos as barracas começam a reconhecer e dizer que a produção vem daqui mesmo, do próprio quintal, da laje, do terreno baldio, começa a aparecer hortas, a serem evidenciadas.
(Moradora do Grotão, informação verbal⁵⁸)

Além disso, três anos depois da criação da Feira Orgânica de Olaria, o supermercado mais próximo da praça inaugurou também uma prateleira só com produtos orgânicos. Apesar de Ana e Marcelo relatarem que o consumo desses produtos continua sendo destinado apenas a um público “diferenciado”, reconhecem essa mudança como uma conquista no que diz respeito à inserção de alimentos orgânicos na região.

Porém, no dia 25 de outubro de 2018, 15 profissionais de saúde que compunham a equipe do NASF, incluindo a nutricionista Cíntia Moura, que iniciou a parceria da CF ao Arranjo Local da Penha, foram demitidos(as)⁵⁹. O impacto dessas demissões implicou na desassistência a mais de 100 mil pessoas, sendo as áreas mais afetadas aquelas com baixíssimo Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e de extrema vulnerabilidade. Após a saída da equipe, os(as) agentes envolvidos no Arranjo descreveram que era através da agroecologia que contribuíam para potencializar as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e soberania alimentar junto às usuárias do SUS. Isso porque incentivavam uma alimentação mais saudável a partir do fomento ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, conforme destacou a nutricionista:

O incentivo à produção de hortas urbanas, projeto em parceria com a AS-PTA e o CEM possibilitava a alimentação mais saudável, a horta como terapia, produção de alimentos como fonte de renda. Isso é Promoção da Saúde, isso é prevenção de doenças, isso sim é cuidar das pessoas. Todo

⁵⁸ Trecho transcrito referente à entrevista com Moradora da comunidade da Penha, no ano de 2018.

⁵⁹ Segue reportagem de jornal que aborda as demissões realizadas no governo do então prefeito Marcelo Crivella e a desvalorização desta perspectiva de saúde: <<https://g1.globo.com/rj/rio-dejaneiro/noticia/2018/10/27/funcionario-de-clinicas-da-familia-do-rj-comecam-a-receber-avisoprevio.ghtml>>, acesso em 2018.

um trabalho de formiguinha, conquistado dia a dia por quem luta e acredita no SUS. A formiga aqui pode não continuar, mas deixo formiguinhas pelo caminho. Obrigada à minha equipe NASF, aos profissionais que sempre acreditaram e confiaram no meu trabalho, obrigada aos usuários que estão comigo na luta, obrigada Ana Santos, Maria (CEM) e Mariana (AS-PTA), obrigada cada estagiário que me fez aprender e ensinar um pouco do SUS. (Cíntia Moura, nutricionista, informação verbal⁶⁰)

c) **Grupo 3 - Moradoras do território usuárias da Clínica da família**

Ao ingressar em março de 2015, como parte da equipe do NASF, a nutricionista Cíntia Moura passou a coordenar um grupo de usuários destinado a casos de obesidade grave organizado pelo Centro de Referência em Obesidade (CRO) da CF. Enquanto conhecia mais de perto seus(suas) pacientes e a realidade do lugar, observou que outros casos e não só os de obesidade necessitavam também de um acompanhamento e reeducação alimentar. A partir disso, pensando na prevenção, a nutricionista criou no mesmo ano um outro grupo, o “Alimentação e Saúde”, o qual se apresentava como grupo aberto com discussões gerais sobre a alimentação saudável.

Coordenado até meados de 2018 pela mesma, suas usuárias recebiam orientações básicas sobre alimentação através de atividades em conjunto como a) rodas de conversas; b) exibição de vídeos; c) dinâmicas com a participação dos(as) usuários(as); d) oficinas culinárias, e) troca de experiências; e f) distribuição de receitas culinárias. Casos mais graves ou muito específicos que necessitassem de maior atenção eram discutidos em reuniões de equipe e agendados com especialistas conforme a necessidade específica. Apesar de não ser voltado necessariamente para a perda de peso e nem apenas ao gênero feminino, muitas pacientes o buscaram devido a esse tema, e em sua totalidade, era formado por mulheres, sendo as participantes em sua maioria jovens adolescentes, mulheres adultas e idosas, portadoras de doenças crônicas não-transmissíveis (como diabetes, hipertensão, obesidade). Os encontros aconteciam quinzenalmente, nas tardes das 5^a feiras no “Auditório 2” da unidade e suas participantes eram necessariamente residentes do bairro da Penha, pertencente a área de cobertura da Clínica.

Durante os encontros, a coordenadora do grupo sentiu necessidade de ampliar os temas de debate e, em 2016, chamou o CEM para participar, pois considerava a organização um importante parceiro devido ao incentivo e apoio à implantação de hortas comunitárias espalhadas pelo bairro, além da produção orgânica produzida na antiga sede da instituição, na qual era possível realizar visitas guiadas, plantios e posterior realização de oficina de culinária com os alimentos colhidos. Com isso, as mulheres poderiam vivenciar o contato com o alimento desde a sua colheita, incentivado o aprendizado e o interesse pelo alimento.

A partir daí surgiu a ideia de inserir o grupo no planejamento de atividades do ALP. Com a inserção do grupo nas ações do Arranjo, as atividades passaram a extrapolar a unidade da CF, tanto fisicamente, no uso da sala de reunião, quanto na definição dos temas discutidos. Como mencionado, o grupo era integrado majoritariamente por mulheres e os

⁶⁰ Trecho transcrito referente à conversa com a nutricionista Cíntia Moura que integrava a equipe do SUS, realizada em 2018.

temas de debate ultrapassaram o foco da alimentação, nesse sentido, a partir da percepção de quem integra o Arranjo, passaram a chamá-lo de “Roda de mulheres da Penha”.

O primeiro encontro com esse grupo foi em outubro de 2017 (FIGURA 26), na antiga sede do CEM. Na ocasião foi realizado um bate papo sobre agricultura urbana e degustação de comida viva⁶¹ e também a realização da “xepa na favela”, na qual as mulheres puderam comprar os alimentos que vieram da feira de Olaria. A partir disso, para esta pesquisa, passamos a frequentar quinzenalmente os encontros do grupo, dividindo a moderação com a coordenadora.

⁶¹ Constituída de alimentos crus, germinados ou hidratados, essa prática já existia na favela e teve influência da moradora Zelinha, que vendia seus pratos na Feira de Olaria.



Figura 26 - 1ª Oficina de plantio de mudas com a roda de mulheres na antiga sede do CEM. Fonte: Arquivo pessoal.

Com o intuito de compreender a percepção das mulheres quanto ao processo de reflexão sobre saúde e alimentação protagonizadas pelas ações do ALP e a problemática levantada pelo CEM, do *não acesso* a alimentos agroecológicos, pude, durante o processo de construção junto à roda de mulheres, mediar dinâmicas em grupo e realizar entrevistas.

As entrevistas foram feitas durante os dias de reuniões previstas pelos encontros do grupo Alimentação e Saúde, porém ajustes e mudanças das datas ocorreram esporadicamente devido à agenda e à disponibilidade das participantes, e seguiram um roteiro pré-determinado constituído por perguntas abertas e fechadas intercaladas, em que as informantes podiam discorrer sobre o assunto de forma mais espontânea, o que possibilitava a obtenção de mais informações do que aquelas previstas.

Quanto às dinâmicas em grupo, elas ocorreram de acordo com os seguintes temas: 1) oferta de alimentos; 2) custo e/ou preços compatíveis à realidade local; 3) conhecimento dos(as) moradores da comunidade quanto à importância de uma alimentação saudável; 4) distância geográfica da residência do(a) morador(a) com os pontos de venda de alimentos frescos/*in natura*; 5) hábito alimentar de consumir alimentos saudáveis. Cada dinâmica será explicada a seguir.

Dinâmica (1) oferta de alimentos: Para mapear a oferta de alimentos no território foram formadas rodas de conversa na qual participaram em torno de 15 mulheres. Nessa dinâmica cada uma citou três espaços de venda e listou os produtos alimentícios mais vendidos no local. Além dessa listagem, elas explicaram quais eram os critérios de escolha para consumirem esses produtos.

Como resultado dos estabelecimentos mais mencionados, destaco: 1) os camelôs nas ruas, ao lado da Igreja Bom Jesus, que foram identificados como os melhores em relação ao preço: “A caixa de uva sem caroço é a três reais, enquanto que no mercado vem a sete; a dúzia de banana compro a três e no mercado cinco ou seis reais”, disse uma das moradoras; 2) a cesta básica vendida na igreja; 3) supermercados.

Além disso, todas disseram frequentar açougue, peixaria (nos dias de feira livre) e aviário, estabelecimentos estes muito presentes no bairro. A citação do aviário chamou a atenção, primeiro pela permanência desse tipo de estabelecimento no território – já que não é tão facilmente encontrado em outras partes urbanizadas da cidade –, além da forma como elas descreveram se relacionar com esse tipo de comércio. Contaram que compram o frango ainda vivo e, como critério de escolha, descreveram conhecimentos próprios de saberes aprendidos com suas mães e avós. Inclusive muitas já tiveram criação de galinha e elas próprias as matavam, porém hoje já não têm mais espaço, tempo ou disposição para manter a criação.

Em dias comemorativos e horas de lazer, disseram frequentar o Conjunto Habitacional IAPI da Penha⁶² e consumir lanches como: “pastel com caldo de cana, pizza a noite e açaí de tarde. Na hora do lanche como salgado com molho barbecue”.

Dinâmica (3) conhecimento das moradoras dessa comunidade quanto à importância de uma alimentação saudável, junto com a **Dinâmica (5)** hábito alimentar de consumir alimentos saudáveis: Também em roda, em um dos encontros quinzenais realizados dentro da sala da unidade da CF, perguntei ao grupo de mulheres o que elas consideravam ser uma alimentação saudável e o que faziam para manter esse hábito. Essa atividade teve como objetivo questionar o grupo sobre seu entendimento dessa categoria e provocar uma reflexão sobre seus desafios atuais para se consumir e terem acesso a esses tipos de alimento.

Como resultado, elas apresentaram percepções referentes a essa categoria, das quais algumas falas ressaltam a seguir: “São alimentos que aprendi aqui na CF, alimentação leve sem gordura como peixe cozido, salada de legumes, carne grelhada e alface”; “Legumes, frutas e verdura”; “Comida feita em casa, suco natural da fruta sem açúcar”; “Frutas, legumes, verduras, alimentos feitos em casa ou validades curtas, sem muito conservantes e produtos químicos”.

Questionadas sobre o que fazem para manter o consumo desses alimentos, pedi para que cada uma apresentasse uma dificuldade e posteriormente uma estratégia para se ter uma alimentação mais saudável. Entre as diversas dificuldades relatadas foram observadas: 1) a falta de acesso a alimentos frescos perto das moradias (referentes às moradoras que têm suas casas mais no alto do morro); 2) os altos preços - nesse momento a feira de Olaria foi mencionada, disseram que apesar da proximidade da unidade da CF com a feira – cerca de 20 min a pé – todas as mulheres presentes afirmaram que não costumam frequentar ou fazer suas compras nesse espaço de venda, inclusive outras disseram nunca ter ouvido falar. Quando perguntadas sobre esse motivo uma disse “ah não é comida pra gente”; 3) falta de planejamento nas compras. “Às vezes compro muita verdura e legume, mas a minha casa é muito úmida e tudo estraga”; e 4) o desinteresse da família:

⁶² O local conta com uma ampla praça central contendo atualmente com uma quadra de futsal e handebol, uma quadra de basquete, mini rampa de skate, academia da terceira idade e vários barracas de comida.

Lá em casa moram sete, eu, meu marido, minha filha, minhas netas e minha sogra. Ninguém gosta de comer colorido, como diz a Cíntia (nutricionista e coordenadora do grupo), só querem arroz feijão, carne e macarrão. Eu que cozinho, eu não tenho como fazer três, quatro pratos diferentes. O que a Cíntia pede pra gente comer, eu teria que fazer só pra mim, porque se faço pra todos ninguém come e só reclama. (informação verbal⁶³).

Em sua maioria cozinham diariamente, fazendo comida fresca (exceto feijão que normalmente cozinham dois quilos e congelam para durar aproximadamente 15 dias), e outra participante complementa: “É difícil também lá em casa porque meu marido e meus netos não comem e acaba estragando”.

No que se refere a possíveis estratégias para melhorar esse quadro, foram propostas por elas como ações do Arranjo oficinas de plantio de temperos, reaproveitamento de alimentos e receitas mais atrativas para melhorar o hábito alimentar da família, em especial o das crianças.

Dinâmica (4) distância geográfica da residência do(a) morador(a) com os pontos de venda de alimentos frescos/*in natura*; junto à **dinâmica (2)** custo e/ou preços compatíveis à realidade local: Essa dinâmica teve o intuito de identificar os locais de compra e alimentos mais relevantes à rotina das mulheres no território.

Para registrar o espaço geográfico, fizemos a construção do Mapa Afetivo (dentro da proposta da cartografia social) que consiste em criar um roteiro de percurso pelo bairro a partir de representações locais observadas e pelas sensações e emoções que estes transmitem. Ou seja, cada participante desenvolveu seu próprio mapa do território, baseando-se em suas experiências e emoções transmitidas.

Para construção dessa dinâmica utilizamos mapas do bairro impresso⁶⁸ em que tinham em seu centro a CF – a escolha ocorreu por se tratar de um ponto central percorrido e frequentado por todas –, sendo incluídos também outros pontos de referência para o bairro, já citados em outros momentos de entrevista, como o Parque Ary Barroso e Arena Dicro, a UPP, a Escola Municipal Bernardo de Vasconcellos e espaços de venda como supermercados, entre outros.

Com o grupo em roda, cada uma recebeu uma cópia do mapa e a partir disso demarcaram seus caminhos, identificando ruas e locais que costumavam passar, mostrando assim os fluxos no território.

Como resultado, apesar de morarem em locais diferentes e até mesmo afastados entre si, observamos, ao copilar todos os dados para um único mapa, os trajetos individuais em intercessão. Quando comparados, ficou evidente que os locais mais visitados estavam “do lado de cá do trilho do trem”. Ou seja, apesar delas concordarem que o Complexo da Penha tem um grande território com inúmeros atrativos, não sendo inclusive necessário sair dali, como diz uma das moradoras: “A Penha é perigosa, mas aqui eu tenho acesso a tudo, não preciso sair (do bairro) para nada”, são poucos os espaços de encontro e permanência

⁶³ Trecho transcrito de entrevista realizada com moradora participante da roda das Mulheres, em 2018. ⁶⁸ Imagens retiradas do Google Maps <https://www.google.com.br/maps> em tamanho A3 e com escala de 50m.

utilizados, não ultrapassando, por exemplo, a linha do trem. Quanto à justificativa para o não uso do Parque, área de remanescente de floresta, disseram não frequentar, pois “O parque não é área de proteção, tem UPP lá dentro, acabaram com o parque”. Dessa forma, uma área com grande potencial de lazer acaba não sendo utilizada.

No final do processo, com o intuito de capturar maiores subjetividades tanto individuais quanto coletivas, foi realizada uma última dinâmica (que não estava prevista no cronograma inicial). A partir de perguntas norteadoras como: “Como você se sentia quando estava na roda? Como você acredita que os encontros da roda contribuem para a sua saúde? Como você leva as trocas da roda para seu cotidiano?”, buscamos identificar possíveis memórias que poderiam ter sido construídas no decorrer desses encontros.

A partir disso, solicitamos que cada participante identificasse em revistas imagens e palavras que exemplificassem seus sentimentos a partir das perguntas feitas. Enquanto realizavam a pesquisa, falas com tons de mágoa iam emergindo, referentes aos casos de demissão do setor da saúde, em especial da coordenadora do projeto, a nutricionista Cíntia Moura. Em suas falas muitas lembraram o trabalho realizado e contaram sobre as mudanças que ocorreram em suas vidas. Algumas comentaram sobre seus quintais e o desenvolvimento das mudas que ganharam nas visitas conduzidas pela AS-PTA. Algumas gostariam de ter transformado seus quintais em hortas.

Quanto ao resultado da dinâmica, foram destacadas as palavras família, amizade, cuidado, leveza, ansiedade, aprendizado e convivência, muitas delas repetidas por mais de uma participante. A partir da dinâmica, foi ressaltada pelas participantes a vontade da continuidade dos encontros, sendo sugerida por elas uma confraternização em dezembro. Outro encaminhamento foi o de gravar depoimentos uma das outras, contando como foi o trabalho do Arranjo Local com elas, pois acreditavam que isso poderia permitir a quem é de fora da Penha ver o que estava acontecendo. Elas deixaram bem claro que a intenção era de falar sobre as coisas boas da roda e que não precisariam falar mal da prefeitura por exemplo. Acreditavam também que as demissões se deram sem o conhecimento do trabalho realizado dentro da CF.

Durante a última reunião, realizada em dezembro de 2018 com os mobilizadores dos três grupos citados acima, como avaliação final do projeto, propusemos reunir as conquistas alcançadas durante os dois anos de atividades desenvolvidas. Dentre elas, destaque:

Agricultura Urbana é além do plantar, é construir relações no território. Dessa forma Arranjo é mais do que plantar na favela, é a mobilização e fortalecimento do trabalho em rede a partir da AU. Conseguimos a socialização das pessoas, um território com muito conflito gera baixa autoestima, ninguém circulava por conta dos tiros, tinham moradoras que não levantam a cabeça para não cruzar o olhar com bandido. Foram conquistados novos parceiros e desses trouxemos visibilidade para dentro e fora da favela. O Arranjo possibilitou a permanência da atividade do CEM para além da conquista de uma sede, pois havia vários outros pontos que não identificávamos. Ou tentávamos desse jeito ou não íamos ter nada (Ana Santos - CEM, 2018)

Quando questionados sobre o papel do ALP, Ana Santos relatou:

Pela primeira vez em oito anos a favela entrou na programação oficial da Semana de Alimentação Carioca⁶⁴ – SAC [FIGURA 27]. O que a gente apostou, almejou, foi real. Não levamos nada para o território, e sim trouxemos resultados para aquilo que nos faltava. Quanto aos desafios enfrentados durante esses dois anos para mim dois grandes ainda permanecem, falar de orgânico no subúrbio, na linha de cá do trem entre asfalto e favela e falar de PANCs. (Ana Santos - CEM, 2018)

⁶⁴ A semana é uma iniciativa do Consea com o apoio de organizações, entidades e movimentos do campo de agricultura urbana e agroecologia. O evento aconteceu no dia 17 de outubro de 2017 na Arena Carioca Dicró e contou com dinâmicas e poesias.



Figura 27 - Panfleto de divulgação da SAC na Penha. Fonte: Acervo Rede Carioca de Agricultura urbana.

Como consequências desse processo de formação por parte dos mobilizadores do ALP, em parceria aos alunos da ESDI, foi possível a escrita de um projeto para submissão do edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) número 10/2018, inserido no Programa de Apoio ao Empreendedorismo de Impacto Socioambiental do Estado do RJ.

Chamado pelos seus articuladores de “Arranjo Local da Penha: Cultivo de mudas e composto orgânico em duas favelas do complexo da Penha a partir do design colaborativo”, o projeto foi submetido em nome da Ana Santos, tendo o CEM como instituição proponente. Aprovado no final de 2018, sua conquista previa para 2019 a promoção de três tecnologias sociais e complementares: 1) viveiros de mudas para cultivo urbano; 2) composteiras para produção de substratos; e 3) serviço de troca e venda de mudas. Juntas, têm o objetivo de contribuir para o fortalecimento do ALP através da capacitação da população para o cultivo urbano e a produção de compostagem, oferecendo cursos, palestras e treinamentos sobre agricultura urbana, empreendedorismo e economia solidária.

A partir das entrevistas e da realização das dinâmicas com o grupo focal 3, destaco a compreensão do Arranjo Local como sendo: 1) um lugar de CONFORTO, sendo até então encontrado por elas apenas em organizações e/ou instituições de cunho religioso: “Só aqui, além da minha igreja, que me sinto bem, que falo de mim e da minha família (roda de conversa grupo das mulheres, 2018)”;

2) um espaço de promoção da SAÚDE na sua integralidade e melhoria na qualidade de vida, em que mesmo a agricultura urbana sendo normalmente associada exclusivamente a promoção da saúde por conta do abastecimento da alimentação saudável, essa experiência exemplificou um uso voltado para outros o alívio dos sintomas de depressão, conquistados a partir do cuidado com a terra e de uma com as outras; “Aqui eu vejo que não estou sozinha, sei que muitas passam pelo mesmo problema” (moradora e participante da roda das mulheres, 2018); que transcenda a prática curativa, contemplando o indivíduo em todos os níveis de atenção e considerando o sujeito inserido em um contexto social, familiar e cultural.

Os encontros mobilizados pelos(as) facilitadores(as) do ALP realizados tanto por oficinas como por rodas de conversa, proporcionaram às mulheres o aprendizado de inúmeras receitas, tais como a produção de xaropes, chás e remédios caseiros (as chamadas “receitas da vovó”), o cultivo de plantas medicinais, o uso e preparo dos “matos de comer” (como são conhecidas as PANCs por elas), todas essas experiências incentivaram a medicina preventiva, que ensina e que fala sobre uma alimentação saudável;

3) sensação de PERTENCIMENTO: os encontros no grupo demonstraram que suas participantes se identificam e se reconhecem umas nas outras, passando a se reconhecer, valorizar e ter orgulho do local onde moram. Além disso, com o passar das atividades de plantio estimuladas pelo ALP, estas passaram a identificar melhorias na paisagem através das transformações feitas pela agricultura urbana;

4) promoção da AUTONOMIA: da autogestão e da mobilização, buscam manter as atividades, independente da articulação e presença dos mobilizadores.

Disseminando a integração desses grupos em redes de participação política e em novos circuitos de comercialização de produtos agroecológicos, além do fortalecimento dos circuitos nos quais esses produtos já se encontram, o projeto ALP possibilitou maior convivência com lideranças de agricultores(as) familiares, grupo de mulheres e jovens, organizações sindicais, agricultores(as) urbanos(as) e moradores(as).

De forma geral, durante a reunião de avaliação do ALP com os grupos 1, 2 e 3 foi possível perceber resultados em diferentes dimensões, são elas:

Dimensão Social: promoção da autonomia e autogestão dos grupos comunitários, estímulo ao protagonismo dos(as) moradores(as) do território, economia solidária, trabalho comunitário, geração indireta de renda devido à redução do gasto mensal com alimentos produzidos nas hortas, acesso ao alimento saudável, respeito aos saberes e conhecimentos locais.

Dimensão Socioambiental: desenvolvimento de sistemas de compostagem, desenvolvimento das culturas anuais, multiplicação das técnicas agroecológicas e expansão dos sistemas produtivos nas comunidades pelos próprios participantes do projeto, aprimoramento dos sistemas produtivos domésticos, aproveitamento de resíduos orgânicos para produção de adubo orgânico, assim como um melhor aproveitamento de espaços ociosos, criando novas áreas verdes, melhorando a gestão dos resíduos e disseminando uma consciência ambiental entre os(as) moradores(as).

Dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional: aumento na diversidade alimentar entre os moradores(as), fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no território, acesso fácil aos alimentos orgânicos.

Dimensão da Saúde: cultivo das ervas medicinais, uso das hortas comunitárias como espaços terapêuticos, valorização da autoestima e integração social, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, propulsão do diálogo intersetorial entre as áreas da saúde, meio ambiente, educação, cultura e assistência social, partindo de um olhar global sobre a promoção de saúde.

Dimensão Socioeconômica: estímulo ao contato e a troca de mudas, sementes, vasos e conhecimento entre os moradores(as), geração de renda com a venda da produção excedente de mudas, alimentos e vasos.

Demanda de mercado: crescente demanda urbana por produtos e insumos para agricultura nas cidades e de cadeia de produção curta, como artigos provenientes da agricultura urbana, bem como uma demanda crescente por produtos orgânicos e socialmente responsáveis e de impacto positivo na vida de quem produz e vende tais mercadorias.

CAPÍTULO III - ROTEIRO METODOLÓGICO DE ARRANJO LOCAL EM AGRICULTURA URBANA

Como visto nos capítulos anteriores, a urbanização desordenada das regiões metropolitanas brasileiras é responsável por um conjunto encadeado de efeitos negativos sobre a qualidade de vida das parcelas mais empobrecidas da população. O estado do Rio de Janeiro possui 96,7% de sua população residindo em áreas urbanas, sendo que sua região metropolitana abriga 73,2% desse universo, apresentando uma taxa de 99,5% de urbanização (IBGE, 2010).

Tais números refletem um contexto global marcado, desde 2008, pelo fato de mais da metade da população mundial residir em cidades, configurando um cenário de urbanização intensa que, em grande parte dos casos, tem levado ao aumento de bolsões de pobreza e um contexto de grandes privações culturais e econômicas. Quando se trata de Brasil, a partir de 1970, mais da metade dos(as) brasileiros(as) já se encontrava em áreas urbanas.

Esta situação, caracterizada por desemprego estrutural, precárias condições de urbanização e de prestação de serviços públicos, baixos níveis de emprego e consequente diminuição da renda, resulta, entre outras coisas, na insegurança alimentar e nutricional. A cidade do Rio de Janeiro reflete esse contexto de urbanização acelerada ocorrida nas últimas décadas; em contraponto, agricultores(as) do município vêm construindo uma rede de parcerias e alianças nos últimos anos com vistas a legitimar sua posição enquanto agricultores(as) familiares (MASELLI, 2016).

Dessa forma, famílias mais empobrecidas desenvolvem estratégias de sobrevivência fortemente marcadas pela necessidade de garantia, em curto prazo, de condições mínimas para a reprodução social. Como um desses exemplos de estratégias de ação, apresentei a construção dos Arranjos Locais (AL). A efetivação dessas estratégias nas comunidades é frequentemente confrontada com situações de elevado risco social face aos altos índices de violência que costumam prevalecer nesses ambientes, resultantes da desagregação do tecido social e, nessas circunstâncias, do alto poder de aliciamento do crime organizado.

Como descrito nos capítulos anteriores, especificamente o Arranjo Local da Penha (ALP) é uma articulação entre parceiros comunitários, formando uma rede local, cujo objetivo é promover a saúde e a soberania alimentar através da agricultura urbana nas favelas e comunidades da cidade do Rio de Janeiro de modo participativo. A estratégia é a promoção de espaços de encontros entre os diversos atores sociais (como moradores(as), profissionais de diversas áreas, instituições e organizações locais) que promovem ações em rede voltadas para agricultura urbana (AU), impulsionando o debate sobre saúde, alimentação e agroecologia.

Neste capítulo, apresentamos a proposta de um roteiro de Arranjo Local que visa subsidiar a implementação de AL em territórios urbanos. Elaborado com base nas experiências vivenciadas durante a formação do ALP (no período compreendido entre 2016 a 2018), toma como referência, ainda, técnicas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), conforme define Verdejo:

Um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas (VERDEJO, 2006, p. 12).

O DRP possui caráter experimental, devendo ser aprimorado à medida que ocorre sua implementação. Por conta disso, reforçamos que as etapas aqui descritas devem ser consideradas como recomendações e não como regras fixas, de modo que cada território possa ajustar o roteiro de acordo com sua situação local, desenvolvendo as etapas de

maneiras variadas e, se necessário, associadas a outras técnicas de pesquisa-ação que se mostrem pertinentes.

Dessa forma, faz-se importante salientar que há certas limitações. As técnicas existentes em cada uma das etapas podem aparentar rapidez e simplicidade, mas o seu processo de desenvolvimento não o é, visto que, durante a construção do Arranjo Local tratamos de assuntos complexos que podem ser sensíveis aos(às) seus(suas) participantes e trazer à tona sentimentos, lembranças e principalmente expectativas locais almejadas que não necessariamente serão possíveis de serem alcançadas. Porém, vale salientar que eventuais desentendimentos que possam vir a acontecer são de extrema importância para que a transformação social no território aconteça. Ressalta-se que o mais importante é o diálogo e o entendimento mútuo entre os atores envolvidos.

O roteiro proposto está dividido em sete etapas, são elas:

1. Sensibilização da comunidade;
2. Conhecendo o território: o diagnóstico rápido participativo;
3. Seminário de devolutiva do diagnóstico e construção do Plano de Ação
4. Execução do Plano de Ação;
5. Comunicação Popular;
6. Ações de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA); e
7. Celebrações e Místicas.

Vale ressaltar que essas etapas não são necessariamente sequenciais e que algumas delas, em especial a 5, 6 e 7, devem ocorrer em paralelo às demais durante todo o processo de formação do Arranjo Local. A seguir são detalhadas as etapas.

Etapa 1. Sensibilização da comunidade

a) Descrição

A sensibilização da comunidade traz uma clareza inicial a respeito das demandas e interesses locais, assim como permite que o grupo de trabalho que vem sendo constituído seja reconhecido, possa ir se conhecendo e também a comunidade. Nesta etapa, é possível identificar e localizar potenciais parceiros e espaços de mobilização que permitam a integração em rede e circulação pela comunidade. Para tanto, a mesma se dá por meio de reuniões, que objetivam apresentar a proposta do Arranjo Local aos principais grupos de interesse, levantar informações preliminares importantes para o planejamento do início do trabalho.

b) Metodologia

Para cumprir esta etapa são definidos e mobilizados os principais grupos de interesse, tais como: lideranças locais e organizações comunitárias (como associações de moradores, ONGs locais, grupos, coletivos e organizações comunitárias, formalmente ou não formalmente constituídas, entre outros), representantes de equipamentos públicos presentes na comunidade ou em seu entorno (como por exemplo, escolas, postos de saúde, CRAS) e as instituições de assessoria.

Em seguida, são organizadas reuniões com as lideranças e realizadas as primeiras visitas à comunidade. Por meio destas reuniões deverão ser levantadas e sistematizadas informações sobre outros atores sociais estratégicos que devem ser convidados a participar do processo, assim como demandas, temas de interesse e questões pertinentes a esse tipo de atuação nas comunidades e quais relações em rede já acontecem no território.

c) Resultados esperados

Agregação de um grupo de trabalho; levantamento inicial de demandas e interesses da comunidade; identificação de potenciais parceiros e espaços de mobilização.

Etapa 2. Conhecendo o Território: o diagnóstico rápido participativo

a) Descrição

O diagnóstico participativo é a compreensão da realidade local na qual se faz um levantamento de informações elencadas na primeira etapa. Nesse momento é possível aprender com a população local, envolver mais parceiros e dar foco nas informações a serem trabalhadas. O diagnóstico participativo consiste no levantamento de informações sobre a comunidade, tanto a partir dos(as) moradores(as) em parceria com os articuladores do Arranjo, como por meio de dados secundários, ou seja, dados já publicados anteriormente e que não foram coletados pela pesquisa em questão. Isso consiste em aprender a partir de registros, sendo eles formais ou não, como por exemplo, mapas do território, fotografias e relatórios das entidades locais⁶⁵.

b) Metodologia

É importante para a realização de um diagnóstico participativo que se constitua uma equipe de pesquisa local, composta por representantes dos parceiros locais e da assessoria técnica, e devem, necessariamente, participar moradores(as) nessa equipe de pesquisa local.

⁶⁵ Tais como: um plano de aula que um professor da escola fez com os alunos pela comunidade; um livro da escola publicado contando histórias, costumes, eventos tradicionais ou festividades do bairro; uma cartilha sobre as plantas medicinais da comunidade; um livro de receitas elaborado pelas crianças da escola entrevistando seus familiares mães; etc.

Montada a equipe, parte-se para o levantamento de dados já existentes, fazendo uma revisão dos dados secundários. Em seguida é o momento da produção de dados, por meio de uma observação direta, ou seja, entrando em contato com as condições de vida do local. Para orientar a pesquisa, devem ser definidas algumas questões-chave a serem respondidas ao longo da etapa, tais como: Quem são e onde estão os(as) moradores(as) mais antigos(as) do território? Onde estão e quais são os pontos de venda de alimentos? Quais são os temas de maior interesse? - Saúde? Alimentação? Educação ambiental? Existe área de agricultura? Quem aqui planta? E o que produz? Quais são as áreas de maior vulnerabilidade do território? Quais são as organizações locais presentes que desenvolvem ações comunitárias?

Essas perguntas podem ser aplicadas a partir de diferentes técnicas de coleta de dados, aqui citamos três, que são bastante conhecidas dentro da metodologia de “Diagnóstico Rural Participativo” (VERDEJO, 2006):

- Entrevista semiestruturada: consiste em discussões informais baseadas em uma lista de temas (já previamente estabelecidos na etapa 1), tendo como principal objetivo compreender a percepção dos(as) integrantes quanto a demandas, dificuldades e necessidades do território. Esta atividade permite conhecer os atores sociais do lugar, podendo identificar interesses e funções exercidas. Por exemplo, uma senhora que faz chás, xaropes e remédios caseiros, um senhor que tem um quintal produtivo, um guardião de banco de sementes, uma família que tenha produção de galinhas, entre outros.
- Caminhadas pela comunidade: consiste em andar pelas ruas, sempre realizada com o grupo de pesquisa local, buscando conhecer os pontos de interesse e as áreas de atuação dos parceiros envolvidos.
- Grupos focais: para tratar temas específicos, podem ser organizadas reuniões comunitárias, com temas previamente estabelecidos, visando, na discussão com o grupo, ouvir opiniões diversas que podem vir a compor um olhar coletivo sobre o assunto tratado.

Todas as informações geradas nesta etapa devem ser sistematizadas e organizadas para que possam gerar um panorama da realidade local. Porém, vale ressaltar que as dinâmicas cotidianas são complexas e sujeitas a mudanças. Por se tratar de um diagnóstico com perguntas previamente determinadas, é fundamental que a leitura da realidade seja atualizada em todo o tempo de atuação na comunidade, conferindo caráter continuado ao diagnóstico.

c) Resultados esperados

Levantamento de dados secundários; levantamento de dados a partir da observação direta; sistematização e análise dos dados.

Etapa 3. Seminário de devolutiva do diagnóstico e construção do Plano de Ação

a) Descrição:

Finalizada a etapa do diagnóstico, chega o momento de compartilhar essas informações levantadas, fazendo a devolutiva dos dados e a discussão dos resultados. A partir disso, é possível realizar um planejamento de ações. Dessa forma, esta fase visa devolver à comunidade os resultados obtidos por meio do DRP e, a partir da apuração das informações levantadas, definir os temas de interesse e formas de intervenção. O seminário consiste, portanto, na leitura compartilhada das informações obtidas no diagnóstico rápido participativo e na construção de um plano de ação, respectivamente.

b) Metodologia

Além dos(as) participantes da etapa anterior, devem ser convidadas para este seminário outras pessoas que foram conhecidas ao longo do processo do diagnóstico (como outros moradores e novas lideranças). Dessa forma, amplia-se o debate e, de maneira dinâmica e participativa, monta-se um produto final do seminário, que são as estratégias de ação e definição do público principal a ser atingido (mulheres, jovens, moradores, alunos da escola municipal, usuários de unidades de saúde, entre outros). Após apresentar os resultados do diagnóstico – como por exemplo, a identificação de locais de comércio, de produção agrícola, de áreas verdes, de lazer e de risco – enumeram-se pelo menos cinco grandes temas de interesse, que podem tratar de resolução de problemas ou potencialidades a serem desenvolvidas.

A partir disso, sugerimos dividir o público em grupos de trabalho (GTs), sendo cada grupo responsável por um dos temas. Em cada GT serão decididas ações importantes para serem realizadas no formato de Planos de Ação.

c) Resultados esperados

Inclusão de novos atores no debate; compartilhamento de dados gerados na etapa anterior; elaboração participativa de estratégias de ação.

Etapa 4. Facilitação dos GTs e execução do Plano de Ação

a) Descrição

Esta etapa tem por objetivo colocar em prática os planos que foram determinados durante o seminário, ou seja, realizar uma série de atividades planejadas com base na leitura do diagnóstico e que tenham coerência com aquela realidade local.

b) Metodologia:

Após a definição dos(as) mobilizadores(as), temas centrais e locais de intervenção durante a Etapa 3, chega a hora de colocar as estratégias de ação em prática. Nesta etapa, o apoio da assessoria técnica envolvida deverá ser o de facilitação da atuação dos GTs, de forma a potencializar a participação ativa e a autonomia dos mesmos na implementação das atividades previstas.

A primeira atividade, portanto, deve ser a de detalhamento da atuação de cada GT, definindo-se: qual(is) atividade(s) será(ão) executada(s); quais são os(as) responsáveis por cada ação; como as ações serão realizadas e com quais recursos; quais serão os prazos. O objetivo é permitir que o grupo se aproprie dos diferentes aspectos necessários para aplicar a ação, tais como o que é necessário em termos de pessoal, de materiais e de equipamentos, além de estimar um cronograma e definir divisão de funções.

Dentre as possíveis tipificações de atividades a serem executadas, podem-se listar: visitas de intercâmbios (de quintais produtivos); oficinas e cursos de formação; mutirões práticos de horta e de limpeza; construção de viveiros; construção de banco de semente; organização de feira local; organização de barracas de venda de produtos; articulação da comunidade com feiras existentes; articulação com outros territórios; debates, rodas de conversa e troca de saberes; dinâmicas em grupo em geral; dentre outras.

Sugere-se que, para o prazo de execução das atividades, considere-se o planejamento para períodos curtos, seja bimestral, trimestral, semestral ou, no máximo, anual. Prazos maiores do que o de um ano normalmente não são sugeridos, pois se distancia muito da realidade da época em que foi produzido o Plano, dificultando a previsão dos tipos de ação que poderão ser executados.

c) Resultados esperados

Planos de Ação detalhados e executados e participação ativa das pessoas participantes dos GTs.

Etapa 5. Comunicação popular

a) Descrição

A comunicação é essencial no arranjo local porque dela se estabelece o diálogo para além das pessoas envolvidas diariamente. A comunicação, portanto, é vista como elemento chave na conversa do Arranjo com a comunidade, do Arranjo para fora do território e entre diferentes Arranjos.

b) Metodologia

Para estabelecer a comunicação é importante delimitar um grupo especificamente para esse tema, que fique responsável por comunicar todas ações que estão sendo desenvolvidas.

Como exemplos de perguntas-chaves mobilizadoras, destacam-se: Você conhece quem produz seus alimentos? Você já parou para pensar onde são plantadas as frutas, verduras e legumes que você consome? Você sabia que é possível comprar seus alimentos direto dos(as) agricultores(as) e que isso pode melhorar a qualidade da sua alimentação? Você sabia que existe agricultura na região metropolitana do Rio de Janeiro?

Como exemplos de estratégias de comunicação que podem ser adotadas em uma comunidade para tratar das questões colocadas nas perguntas-mobilizadoras, citam-se: manifestações como caminhadas, cortejos, atos, carreatas, rolezinhos, faixas; “amanhecer”⁶⁶; ocupações e ações diretas; ações educativas envolvendo oficinas pedagógicas como cursos comunitários de pré-vestibular e preparatórios para concurso, de línguas estrangeiras e reforço escolar; atividades culturais como cineclube, batalhas de rap, Hip hop, disputa de passinho, pintura de muro; teatro; intervenções lúdicas como pipaço, rodas de leitura; rodas de conversa; mutirões de compostagem, reciclagem, horta urbana reuniões de organização do movimento, intercâmbios entre outros grupos e Arranjos; ações de assessoria popular; campanhas de arrecadação de alimentos; eventos gastronômicos como cafés da manhã, almoços ou jantares; comunicação audiovisual como stencil/grafite, cartazes tipo “lambe”, produção de identidade do grupo (ou logo marca) e aplicação em materiais como adesivos, blusas, bottons, carimbos, materiais informativos impressos como cartilhas e zines, atuação em redes sociais com criação de perfis ligados ao Arranjo; criação de mídias digitais como mensagens/áudio de WhatsApp, podcasts, vídeos, textos, imagens, fotografias; etc.

c) Resultados esperados

Mobilização e estabelecimento de comunicação do Arranjo com a comunidade, do Arranjo para fora do território e entre diferentes Arranjos em torno das temáticas desenvolvidas.

⁶⁶ Tratam-se de atos marcados para ocorrer a partir do nascer do sol em pontos escolhidos da cidade, em que a intervenção será feita. Podem ser colocados cartazes, dizeres, fotos, entre outros elementos de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arranjos Locais foram compreendidos, nesta pesquisa, como uma tecnologia social que, a partir da mobilização comunitária com enfoque na agricultura urbana, visa o fortalecimento da produção agroecológica local de alimentos e a promoção do acesso aos mesmos.

A partir das análises das entrevistas e do acompanhamento dos três grupos de estudo no período compreendido entre setembro de 2016 e dezembro de 2018, ficou evidenciado que a formação do Arranjo Local da Penha (ALP) foi acontecendo a partir do interesse dos sujeitos e, à medida que as ações e demandas foram ficando mais claras para os(as) envolvidos(as), as expectativas descritas nessa definição foram extrapoladas.

As práticas desenvolvidas pela articulação em rede denominada Arranjo Local da Penha, mobilizadas em torno de temas como agroecologia, saúde e alimentação, possibilitaram, ao longo da presente pesquisa, a observação de limites e possibilidades no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura urbana no território do Complexo da Penha.

Nessa trajetória, foi possível resgatar e caracterizar, no **Capítulo I**, o movimento de agricultura urbana no Rio de Janeiro. A partir de lutas locais se formou, em 2009, a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que teve como principal pauta reivindicações no que diz respeito ao direito e ao acesso a políticas públicas referentes a essa temática. Como resultados do processo de estabelecimento da Rede CAU, destaca-se a articulação em redes por meio da qual se propiciou a interação do trabalho de diferentes atores em diferentes localidades do município, o que fortaleceu suas reivindicações e resultou em conquistas - como emissão de DAPs, acesso ao PNAE e, mais recentemente, a construção da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Urbana.

Fortalecida, essa grande Rede atuou na capacitação de seus(suas) integrantes de forma a se levantar as demandas dos territórios e incentivar que próprios sujeitos comesçassem a se organizar pelos territórios cariocas. Isso quer dizer que, inspirados pelas experiências que dividiam uns(umas) com os(as) outros(as), muitos(as) dos(as) participantes da Rede CAU puderam debruçar um olhar mais atento aos seus próprios bairros, animando os pequenos grupos locais e comunitários para que passassem a também se organizar como rede.

Essa atuação no território possibilitou a construção de pequenas redes locais e comunitárias, dando os primeiros passos para a formação do ALP, articulando-o a outros arranjos. Dessa maneira, considera-se que a inspiração nesse formato de organização gerou resultados políticos, econômicos e sociais significativos.

Já no **Capítulo II**, foram sistematizadas as iniciativas e estratégias locais de abastecimento de alimentos agroecológicos no território, protagonizadas pelos integrantes do CEM, então pertencentes à Rede CAU, e que resultaram na formação do ALP. Como resultado desse processo de sistematização e devolutiva à sociedade, apresentou-se, no **Capítulo III**, um conjunto de técnicas e ferramentas que teve o intuito de servir como um exemplo de experiência para que outros grupos possam replicar e/ou trocar experiências sobre essas iniciativas em seus territórios.

Reitera-se que a proposta de “Roteiro Metodológico de Arranjo Local em Agricultura Urbana”, apresentado no terceiro capítulo, teve como subsídios a avaliação dos aprendizados e desafios vivenciados ao longo do processo relativo ao Arranjo Local da Penha, com base na experiência descrita. Ao longo do processo de formação do Arranjo citado, foram encontrados diversos desafios e potencialidades, a partir dos quais a presente pesquisa pode extrair algumas considerações. Por ser tratar de um trabalho voluntário, a dedicação de tempo e de energia nas atividades propostas por parte dos membros das comunidades, em especial da juventude, foi claramente um desafio para se conseguir dar continuidade às ações e manter a rede viva. Ao longo do processo de estabelecimento do ALP, ficou evidente que um dos fatores limitantes é a premente necessidade destes atores sociais priorizarem trabalhos remunerados.

Desta forma, compreendemos que, para que haja maior autonomia dos(as) participantes na condução, na continuidade das atividades e na mobilização de mais moradores(as), principalmente da juventude, faz-se necessária a adoção de mecanismos de geração de renda aos (às) participantes atrelados à implementação das atividades.

No que se refere às implicações do uso e ocupação do solo, é importante considerar os conflitos de interesse oriundos de convivências plurais em realidades urbanas e suas assimetrias, como elemento presente no estabelecimento de iniciativas de agricultura urbana – terra para plantar *vs* terra como unidade de conservação *vs* terra para moradia. No contexto do estabelecimento do ALP, um dos reflexos da disputa por direito à terra foi a própria destituição do espaço-sede do CEM devido a pressões advindas da crescente ocupação de espaços e a necessidade de direito à moradia, somados à violência com que esta ocupação se estabeleceu.

No entanto, esta limitação acabou se convertendo numa potencialidade, quando o grupo começou a repensar suas estratégias de ação. A partir disso, envolvidos(as) com a pauta da agricultura urbana, passaram a operar por meio de estruturas públicas denominadas por eles como núcleos (como é o caso da Clínica da Família, CF, e seus agentes da saúde). Os então atores sociais comunitários mobilizados se articularam em uma rede, possibilitando o delineamento do ALP. Através das falas dos(as) interlocutores(as), ficou notório, ao longo do processo, que o que possibilitou a continuação das ações do CEM, mesmo sem um espaço físico, foi seu entendimento do direito à moradia e à comida de verdade, sendo essa tese trabalhada por meio do Arranjo Local.

Em se tratando de potencialidades, é importante citar, dentre outras, aquelas derivadas das experiências de se levar alimento agroecológico a preços acessíveis para dentro da favela como uma forma de enfrentamento à desigualdade social, financeira e geográfica.

Ao permitir que a feira chegue à comunidade, hortaliças, frutas e verduras orgânicas passam a se tornar acessíveis. Neste sentido, a temática da promoção da saúde também se mostrou relevante. Por meio do processo de construção do ALP, foi possível extrair que a reflexão entre seus(suas) participantes sobre saúde e alimentação, em especial das mulheres, deu-se de forma intrínseca e natural.

Novos hábitos foram observados no decorrer de toda a pesquisa, começando com pequenas mudanças na rotina alimentar das participantes, como o consumo de alimentos

que até então não faziam parte dos seus cardápios, enquanto determinados produtos, em sua maioria ultraprocessados, foram descartados completamente da rotina.

Além disso, as práticas de agricultura urbana empreendidas puderam contribuir para a promoção da saúde na sua integralidade, para além das mudanças na alimentação. Por meio de relatos das interlocutoras, era possível notar sinais de melhoria na qualidade de vida, no que diz respeito ao alívio dos sintomas de depressão, por exemplo, conquistados a partir do cuidado com a terra e umas com as outras.

Dessa forma, os(as) facilitadores do Arranjo Local ressaltaram a importância da compreensão quanto à responsabilidade que carregam ao mobilizar as pessoas participantes. Observamos, portanto, que o caso da Penha usou a temática “saúde”, mas o processo pode ser visto como relação das pessoas em um determinado espaço, na construção de laços de afeto, pertencimento, identidade e autoconhecimento.

No que tange à autoestima e ao empoderamento feminino, destaca-se a formação e fortalecimento da roda das mulheres no Núcleo da CF chamado “Saúde e alimentação”. Este processo extrapolou o antigo grupo, até então limitado a palestras sobre o tema, para além do espaço físico da unidade. Por meio deste processo, possibilitou-se o envolvimento de novas moradoras, não necessariamente usuárias da CF, e a circulação delas para dentro e fora do território. Esse elemento de participação social e envolvimento em redes fora da comunidade, vinculado à participação na Rede CAU e junto a outros grupos, permitiu que as mulheres da comunidade vivenciassem outras realidades, ampliando sua capacidade de participação política e coletiva.

Do mesmo modo, o empoderamento das mulheres do Arranjo Local da Penha reverberou sobre a Rede CAU, enquanto espaço de fortalecimento da AU, no nível do município e na formulação de políticas públicas locais. Isso se deu a partir do entendimento de que as ações de AU se encontraram, em sua maioria, sendo desenvolvidas pelas mãos de mulheres, muito embora esse protagonismo nem sempre seja evidenciado.

Assim, essa experiência reforça a compreensão de que os saberes e práticas tradicionais ligadas à terra são predominantemente passados por mulheres através das gerações e que, portanto, se faz necessário garantir que esses espaços se mantenham vivos e que estes saberes sejam valorizados.

A partir das reflexões supracitadas, e considerando-se especificamente a grande relevância das pautas de protagonismo feminino subjacentes aos processos de AU verificados, é possível apontar para o potencial de aprimoramento de atuação das organizações de assessoria técnica inseridas em grupos como os envolvidos no ALP. Pode ser mencionado o Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, no sentido de se considerar mais fortemente as necessidades de dar visibilidade aos conhecimentos das mulheres e às opressões e barreiras vividas cotidianamente por elas. Aponta-se também para a potencialização da atuação das mulheres não apenas como agentes de soberania alimentar, mas também de promoção de saúde e senso de pertencimento.

Consideramos, portanto, a construção do Arranjo Local como um legado no campo da agroecologia, sendo as próprias dinâmicas agroecológicas mobilizadoras de diferentes atores sociais, como estudantes, professores(as), pais, moradores(as), juventude, mulheres, agentes da saúde, ONGs, universidades, movimentos sociais etc.

Além disso, o Arranjo Local assume papel de incidência política na mobilização transversal de temas como saúde, autonomia, identidade, educação, meio ambiente, agroecologia, participação social, pertencimento, desenvolvimento local, ocupação e uso do espaço urbano, acesso à alimentação saudável, soberania alimentar e nutricional, protagonismo feminino, dentre outros aspectos. Com isso, corrobora-se com Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), no sentido de que a experiência de estabelecimento do ALP demonstrou que uma iniciativa de agricultura urbana aborda aspectos muito além dos produtivos.

Não obstante, um elemento interessante que não coube à presente pesquisa, mas que recomendamos ser avaliado em pesquisas futuras, seria o da avaliação quantitativa da produção do AL no contexto da agricultura urbana, a partir de perguntas como: O quanto tem sido produzido a partir dos quintais produtivos? O que mudou em relação à geração de renda antes e depois da implementação do Arranjo Local?

Em síntese, concluímos que a inserção da agricultura urbana, por meio do processo de estabelecimento do ALP, exerce um papel fundamental no que diz respeito à: potencialização do senso de pertencimento local e vínculo com o território, ao gerar novos espaços de convivência e ao agregar diferentes atores comunitários em torno de temáticas afins; promoção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo das cidades, principalmente ao possibilitar o acesso à alimentação, sendo a produção local de alimentos o caminho para se alcançar uma nova relação com o que se come, reduzir o percurso da cadeia produtiva, aproximando produtores(as) e consumidores(as), promovendo a geração da saúde e construindo laços dentro do território; protagonismo feminino; fortalecimento de organizações comunitárias e da construção participativa, criando condições para que as pessoas construam sua própria capacidade de se autoorganizarem e resistirem em diferentes espaços; subsidiar debates mais amplos na esfera das políticas públicas, sendo a sociedade civil reivindicadora de sua própria luta.

Por meio do presente estudo, considera-se, portanto, que o ALP, como um processo de promoção da agricultura urbana, contribuiu com a demonstração de viabilidade de processos de desenvolvimento na cidade, em bases sustentáveis, considerando as dimensões políticas, sociais e ambientais nos territórios onde se inserem. Por fim, é possível concluir que a sistematização das iniciativas locais protagonizadas pelo ALP, a partir das suas propostas de modificação do cenário atual, podem subsidiar o debate sobre a construção de articulações em rede no âmbito da agricultura urbana, os chamados Arranjos Locais, para o município do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Carta dos saberes ancestrais (carta política e agenda de lutas)** – outubro de 2017. IV Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro. Paraty, RJ: AARJ, outubro de 2017. Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/2017/11/30/carta-dos-sabres-ancestrais-carta-politica-e-agenda-de-lutas-outubro-de-2017/>>. Acesso em: 2018

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IGC/UFGM/AGB, 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: ALVES -MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 109-187.

AZEVEDO, R. M. M C.; JORGE, K.; AZEREDO, D. R P. Evolução do conceito de segurança alimentar. In: AZEREDO, Denise R. Perdomo. (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. 1ed. São Paulo: Atheneu, 2016, v. 1, p. 19-30.

BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. (Orgs.). **Juventude, consumo e educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009, p. 15-64.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 234, de 4 de abril de 2017, estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20144761/doi-2017-04-05-portaria-n-234de-4-de-abril-de-2017-20144666>. Acesso em: 2018

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 2018

BRASIL. **Projeto de Lei nº 906, de 2015**. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=530F7F16FBB2BAC504DD82D1C8F3AF59.proposicoesWeb1?codteor=1363703&filename=Avuls+o+-PL+906/2015. Acesso em: 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 2018

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 2018

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O Social em Questão**, Ano XVI, n. 29, p. 179 – 208, 2013.

CARNEIRO, Maria J. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris** (Campinas), v. 2, p. 9-39, 2008.

CASA FLUMINENSE. **Comentários, críticas e sugestões ao Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2017-2020**, 2017. Disponível em <<http://casafluminense.org.br/wpcontent/uploads/2017/09/Coment%C3%A1rios-Cr%C3%ADticas-e-Sugest%C3%B5esao-Plano-Estrat%C3%A9gico-do-Rio-2017-2020.pdf>>.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Cortez, 1991.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO (COP-RJ). **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. 89f. Rio de Janeiro, Junho de 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final**. Olinda, PE: Consea, 2004.

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO RIO DE JANEIRO (CONSEA-RIO). **Contribuições do Grupo de Trabalho em Agricultura Urbana e Educação Alimentar à III Conferência Municipal de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, junho de 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Tdz9jX>>. Acesso em 08 out. 2011.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SAÚDE, 2011. **Áreas programáticas dos bairros**. Disponível em: <http://cvasrio.blogspot.com.br/2012/02/areas-programaticas-bairros.html>. Acesso em: 2016.

CURADO F. F.; TAVARES E. D.; DOS SANTOS, A. S. **Agriculturas sustentáveis? A inovação agroecológica para a valorização da agrobiodiversidade e autonomia da agricultura familiar**. Embrapa, 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-denoticias/-/noticia/2700213/artigo-agriculturas-sustentaveis-a-inovacao-agroecologicapara-a-valorizacao-da-agrobiodiversidade-e-autonomia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 2017.

DAROLT, Moacir R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produçãoconsumo na França e no Brasil. **Ambient. soc.** [online]. v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016. ISSN 1414-753X. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>.

DAROLT, Moacir R., LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 8-13, junho de 2013.

DIAS, M. C. O. Agricultura urbana na cidade maravilhosa: os agricultores familiares do maciço da pedra branca. **Revista Idealogando**, v. 2, n. 1, p. 98-110, 2018.

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. **Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil**: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. 2013. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.6.2013.tde-02102013-164136. Acesso em: 09 jan. 2019.

FAO, IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/en/>>. Acesso em dez. 2018.

GIANELLA-ESTREMS, T.; PÍNZAS T. Agroecologia urbana uma ferramenta de transformação social. Entrevista com Antonio Lattuca. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 2, p. 22-25, junho 2015.

HOFFMANN, R. Brasil, 2013: mais segurança alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 422-436, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agns_if.pdf. Acesso em: 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnor_mais.pdf>. Acesso em: 2018

MACHADO, Altair T.; MACHADO, C. T. D. T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.

MAGALHÃES; Faltam as iniciais dos Nomes LIMA (2009). In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

MATTOS, C. et al. Interações no agroecossistema como prática da construção coletiva do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, julho 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22368>>, acesso em 20 dezembro de 2018.

MATTOS, C. et al. Panorama da Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Advir** / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 34, dez. 2015. Rio de Janeiro: Asduerj, 2015. p. 7-17.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MASELLI, Morgana Mara Vaz da Silva. **A compra da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um balanço da (não) implementação deste instrumento de política pública no município do Rio de Janeiro**. 2016. 118 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

MASELLI, Morgana Mara Vaz da Silva. Conflitos e resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 2, junho 2015.

MEDEIROS, L.; QUINTANS, M.; ZIMMERMANN, S. Marcos jurídicos das noções de rural e urbano: reflexões a partir dos estudos de caso em Belterra (PA), Caxias do Sul (RS) e Nova Iguaçu (RJ). In: Encontro Anual da ANPOCS, 37., Águas de Lindóia, MG, 2013. Seminário Temático Metamorfoses do rural contemporâneo. **Anais...**, Águas de Lindóia, MG, 2013, p. 1-20.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores Favelados”**: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte/ Samuel Silva Rodrigues de Oliveira. 2014. 331f. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2014.

PORTO, S. I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL/MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2014, p. 34-57.

PRADO, B. A. Novas conexões entre o Rural e o Urbano. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 2, p. 4-7, junho 2015.

PRADO, Bruno Azevedo; MATTOS, Claudemar; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 6-9, set. 2012. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2012/10/Agriculturas-V9N2-SET2012.pdf>, acesso em 2018.

RIBEIRO, Silvana Maria; BOGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, jun. 2015. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>.

RIO DE JANEIRO (Município). Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro Rio 2020: mais solidário e mais humano. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7142493/4196108/D.O._04072017.pdf. Acesso em: 2018

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto municipal nº 35.064, de 25 de janeiro de 2012, dispõe sobre a criação do circuito carioca de feiras orgânicas. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2012/3507/35064/decreto-n35064->>. Acesso em: 2018

RIO DE JANEIRO (Município). SMU. Projeto de Lei Complementar nº 111 de 01/02/2011 - Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Câmara do Rio de Janeiro**, 2011. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4600307/4117400/lei_compl_111.pdf>. Acesso em: 2018.

RIO DE JANEIRO (Município). Tribunal de Contas do município do Rio de Janeiro. **Monitoramento Programas de Urbanização em Áreas de Baixa Renda**. Rio de Janeiro, 2009.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 19.144 de 14 de novembro de 2000. Cria a área de proteção ambiental e recuperação urbana da Serra da Misericórdia - **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2000/1914/19144/decreto-n19144-2000-cria-a-area-de-protecao-ambiental-e-recuperacao-urbana-da-serra-damisericordia-ap-3>. Acesso em: 2017

RIO DE JANEIRO (Estado). Projeto de Lei nº 367, de 2017, que dispõe sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do município do Rio de Janeiro (LosanRio). **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro. **Relatório Por Município do Sistema ASPA** - Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola, Estado do Rio de Janeiro, Sistema Agrogeo. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

- Emater-RIO/CPLAN/NIDOC, 2017. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/images/munic2017.htm>>. Acesso em: 2018.

SANTANDREU A.; LOVO I. C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras, Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, jun. 2007. 89 p.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p. 7-14, 1999.

SANTOS, A. P.; MAIA, R. C.; BORGES, P. V. A trajetória da chaya na Serra da Misericórdia. **Agriculturas**, v. 13, n. 2, junho 2016. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2016/08/Agriculturas_V13N2-Artigo03.pdf>. Acessado em: 2016.

SILVA, Uschi Cristina. A rede carioca de agricultura urbana na construção dos mercados solidários e da agroecologia na cidade. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 8, 2017, Curitiba, **Anais...** Curitiba: UFPR, 2017. ISSN: 1980-4555.

SOUZA, D. A. S. **Arranjos produtivos locais de plantas medicinais e sua contribuição para a estruturação de sistemas sustentáveis voltados para a inovação em fitomedicamentos.** 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

STRAUCH, G; MENDONÇA, M. M; ROSA, M. C. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 9, n. 2, setembro de 2012. Disponível em: <<http://aspta.org.br/files/2012/10/Agriculturas-V9N2-SET-2012.pdf>>. Acesso em 2017.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 83-103.

VALLA, V. V. **Educação e favela:** políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1986.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-25836973759191-DRP - Guia prtico-2649689.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4616813/mod_resource/intro/pageflip-25836973759191-DRP_-_Guia_prtico-2649689.pdf). Acesso em 2016

APÊNDICES

A – Roteiro de entrevista grupo 1.

B – Roteiro de entrevista grupo 3.

C – Modelos convite informal

D – Modelos do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

F – Parecer do Comitê de ética da UFRRJ

G – Síntese da Linha do tempo AU

-

A Roteiro de entrevista grupo 1

Nome:

Data:

Idade:

Formação profissional:

- 1. Quais as funções e atividades que você desenvolve no Arranjo Local da Penha?**
- 2. Como e quando vocês começaram a trabalhar com agricultura?**
- 3. O que quer dizer para você agroecologia?**
- 4. O que quer dizer para você alimento saudável?**
- 5. O que quer dizer para você alimentos agroecológicos?**
- 6. Como se dá o acesso e abastecimento a esses alimentos na Penha? (Você encontra esses alimentos saudáveis nos mercados e feiras da região?).**
- 7. Esses locais de venda ficam perto das residências dos moradores?**
- 8. Como é o trabalho por você desenvolvido quando se trata sobre a alimentação saudável? Quais são os trabalhos e iniciativas para ter uma alimentação saudável ?**

B Roteiro de entrevista grupo 3

Nome:

Data:

Nascimento:

Formação profissional:

Renda familiar é proveniente de:

1. **Onde você realiza suas compras alimentares? (Supermercados, feiras, hortifrúti, açougue etc.)**
2. **Com que frequência você vai nesses lugares? (Toda semana, de 15 em 15 dias, uma vez por mês)**
3. **Qual é a distância que esses estabelecimentos ficam da sua casa?**
4. **Você cozinha todo dia em casa? Quantas refeições você faz por dia?**
5. **Quais alimentos e temperos que você consome normalmente? Usa tempero pronto nos alimentos?**
6. **Existe algum alimento que você gostaria de consumir, mas não tem acesso?**
7. **(Para quem não produz) Gostaria de produzir alimentos em seu quintal ou em uma horta comunitária?**

C Modelo de convite formal



CARTA-CONVITE

-

Rio de Janeiro, março de 2018

Prezada (o),

Sou bióloga e estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPDS/UFRRJ). Atualmente, desenvolvo uma pesquisa intitulada **Acesso e abastecimento de alimentos agroecológicos no Arranjo local da Serra da Misericórdia: contribuições para a construção de uma política pública de Agricultura Urbana para o município do Rio de Janeiro** e tenho interesse em compreender como que moradores da comunidade do Grotão da Penha acessam alimentos agroecológicos. Essa pesquisa tem o objetivo de fomentar o debate sobre a construção de uma política pública municipal de agricultura urbana para o município. Um dos cenários que venho observando são os bairros próximos a Serra da Misericórdia, em especial o Parque Proletário do Grotão. Portanto, esta é uma carta convite para que você colabore comigo, concedendo-me uma entrevista. Se for possível e de seu interesse, agendamos um horário e um local para realizar este diálogo. Desde já, afirmo o compromisso de que o conteúdo da entrevista será usado somente para fins de pesquisa e não será divulgado sem o prévio consentimento dos atores envolvidos. Atenciosamente,

Mariana Portilho

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS/ UFRRJ)
Pesquisadora do Laboratório do Instituto de Florestas

D - Modelo de convite informal



CONVITE

Olá! Meu nome é Mariana Portilho, sou bióloga e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Desenvolvo um estudo sobre o Acesso a alimentos saudáveis nas favelas e um dos cenários que venho observando é o bairro do Grotão com enfoque nos parceiros do Arranjo Local da Penha. Gostaria de convidar você a colaborar comigo, em minha pesquisa de dissertação, através da participação de uma entrevista. Se você concordar, marcamos um horário e um local para a nossa conversa. Obrigada!

Mariana Portilho

E – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Estudo: **Acesso e abastecimento de alimentos agroecológicos no Arranjo local da Serra da Misericórdia: contribuições para a construção de uma política pública de Agricultura Urbana para o município do Rio de Janeiro.** Equipe do Projeto: **Mariana Portilho** (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável / UFRRJ); Orientadora **Camila Rodrigues** (UFRRJ); Instituição Responsável pela Realização do Estudo: **Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa qualitativa que tem como objetivo registrar as percepções dos moradores do Grotão da Penha quanto às formas de acesso dessa comunidade a alimentos agroecológicos.

Benefícios/Custos/Riscos/Responsabilidade:

Para participar deste estudo não haverá nenhum custo, nem se receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. A pesquisa será feita através de entrevistas qualitativa semiestruturada e poderá ser filmada, gravada e/ou registrada por escrito.

Divulgação dos Resultados e Acesso / Caráter Confidencial dos Registros:

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Caso seja pedido, sua identidade será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos nos questionários. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados em reuniões científicas e/ou em artigos de pesquisa ou de divulgação científica publicados em revistas acadêmicas (podendo ser mantido o anonimato dos participantes). Os dados coletados nesta pesquisa ficarão arquivados por pelo menos 5 (cinco) anos.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE
PÓSGRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, abaixo assinado, declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pesquisador: Mariana Portilho, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável PPGPDS/ UFRRJ; tel. (21) 997648081, mariana.portilho@gmail.com

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20__

Nome:

Telefone _____ E-mail:

Autorizo a divulgação do meu nome na apresentação do trabalho final: SIM () NÃO ().

| | | | |
|------|------------|--------------|------|
| Nome | Assinatura | participante | Data |
|------|------------|--------------|------|

| | | | |
|------|------------|-------------|------|
| Nome | Assinatura | pesquisador | Data |
|------|------------|-------------|------|

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS)

Rua Anfilóbio de Carvalho, 29 sala 901 Centro

Rio de Janeiro/RJ 20030-060

Tel/Fax: 2220-4568/2533-6160 email:

secretariappgps@gmail.com

www.ufrrj.br/posgrad/ppgps

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável na UFRRJ e a outra será fornecida a você.

F - Parecer do comitê de ética da UFRRJ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 1.012/17

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "Acesso e abastecimento de alimentos agroecológicos no arranjo local da Serra da Misericórdia" sob a coordenação da Professora Dr^a. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, do Instituto de Florestas/Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, processo 23083.025245/2017-29, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 28/11/18.

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

G - Síntese da Linha do Tempo da AU

Rio de Memórias

DA AGRICULTURA URBANA NO RIO DE JANEIRO

